

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA E
CULTURA**

CRISTIANE CARUSO RICCI

**O SURGIMENTO DA IDÉIA DE JUVENTUDE
NO SÉCULO XXI**

ORIENTADORA: ANGELA DE RANDOLPHO PAIVA

**RIO DE JANEIRO
AGOSTO 2010**

RESUMO

O grande eixo deste trabalho é refletir qual o lugar atual do jovem em nossa sociedade começando pela organização linear das idades que foi quebrada a partir da segunda metade do século XX. A infância dura menos tempo e, em compensação, a adolescência começa mais cedo e se estende indefinidamente. Agora, ficou difícil distinguir o que é adolescente ou um adulto jovem. Mas há outros fatores que contribuem para essa crise da juventude e ao analisarmos os fatos expostos nesse trabalho, percebemos o quão seria importante a contribuição pluralista de entidades da sociedade civil, empresários e administradores públicos para discutir o papel do jovem brasileiro no século XXI.

Palavras-chave: juventude; adolescente; criança; identidade; violência; movimentos revolucionários; participação política; drogas; cultura de massa.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
O JOVEM E A FAMÍLIA	3
O JOVEM E A CULTURA	19
O JOVEM E A POLÍTICA	25
O JOVEM E AS DROGAS	30
O JOVEM E A VIOLÊNCIA	34
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

APRESENTAÇÃO

Vivemos numa sociedade onde o ter é mais importante do que o ser. E uma sociedade que produz, precisa criar demandas o tempo todo. Portanto, a busca constante pelo sucesso profissional, independência financeira, cuidado obsessivo com o corpo, status social retratam o perfil dos 50,2 milhões de cidadãos entre 15 e 29 anos. Segundo dados do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), os jovens já representam 26% da população brasileira.

Mas a combinação de novas responsabilidades com uma liberdade nunca antes obtida deixa os jovens indecisos e vulneráveis, fazendo-os alternar, simultaneamente, fases de euforia e de insegurança. Neste contexto, o caminho que a juventude terá de percorrer para construir sua personalidade e esses jovens serem sujeitos autônomos e críticos, está justamente no combate às formas consumistas e descartáveis que esta sociedade lhes impõem. Estamos numa época em que a sociedade é fortemente marcada por mediações que afetam diretamente a experiência de viver a juventude e que se evidenciam na mundialização do capital, na globo-colonização da cultura pela via das indústrias culturais, na influência dos meios de comunicação de massa, no poder autoritário da tecnologia, na supremacia do individualismo e na despolitização das instâncias de participação e representação social.

Outro grande problema que assola os jovens e os impede de construir sua identidade está relacionado às oportunidades de emprego e renda. Aqueles que não encontram trabalho formal vivem uma constante insegurança: os empregadores exigem qualificação específica e experiência. Resultado: a juventude brasileira é marcada por altos índices de informalidade e de desemprego. De acordo com estudo divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) são mais de três milhões de jovens, acima de 16 anos, elevando o número de desempregados no Brasil. E, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios (PNAD) de 2002, a característica do desemprego já faz parte da experiência desta geração, porque o jovem encontra no mercado de trabalho um obstáculo que o dificulta a pensar nas suas possibilidades futuras. Em cidades grandes como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, a falta de emprego já afeta todas as classes sociais, indiferentemente da condição sócio econômica do jovem. E como os jovens já saem da faculdade sem perspectivas de emprego, ou quando conseguem, é o trabalho que não vai durar muito tempo, o projeto casamento fica inviabilizado. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), mostram que a idade de se constituir uma família para os jovens no ano de 1998 era em média de 23 anos. Hoje é de 27 anos. Mas, na opinião deles, essa média chegava a 25 anos em 1998, hoje em dia ultrapassa os 30 anos de idade.

Todavia, perante estruturas sociais cada vez mais fluidas, os jovens sentem suas vidas marcadas por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades. Saem da casa dos pais para um dia qualquer voltarem; abandonam os estudos para retomar tempos depois; encontram um emprego e em qualquer momento se vêem sem ele; suas paixões são como "vôos de borboletas", sem pouso certo; casam-se, mas não é certo que seja para a vida toda.

Esta "vida de inconstâncias" muda, ainda que sem suprimir os constrangimentos do trabalho profissional, educacional e familiar. Os jovens tendem a tudo relativizar: desde o valor dos diplomas até a segurança no emprego. E não o fazem sem razões. Os diplomas são cada vez mais vistos como "cheques sem fundos" sem cobertura no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Há ritualizações associadas aos afetos e à sexualidade que produzem, entre os jovens, uma mediação entre desejos, angústias e desilusões.

São esses movimentos oscilatórios que o recurso à metáfora do ioiô ajuda a expressar a juventude do século XXI.

Não obstante, é de se pensar em políticas públicas que poderiam contribuir para projetar a questão da juventude com suas urgências como tema de primeira grandeza na agenda nacional, com o objetivo de diversificar e ampliar o debate sobre os 50,2 milhões de brasileiros.

Capítulo I – O jovem e a família

Há épocas na história em que as mudanças parecem ocorrer com maior velocidade. E a segunda metade do século XX foi uma dessas épocas. Ao analisar esse período, o historiador egípcio Eric Hobsbawm (1995), em "Era dos Extremos – O breve século XX" destaca que uma das maiores transformações e em certos aspectos a mais perturbadora - fora a desintegração de velhos padrões de relacionamentos sociais e humanos, e com ele, a quebra de elos entre gerações, ou seja, entre passado e presente. Ele explica a trajetória da sociedade no período compreendido entre os anos 1914 e 1991.

O título do livro remete às experiências verdadeiramente antagônicas que coexistiram no século XX. A primeira metade do século foi marcada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), seguida pela Revolução Russa (1917), passando pelo momento mais negro do capitalismo mundial, o *crash* da bolsa de Nova Iorque (1929), culminando na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conflito que envolveu diretamente a quase totalidade dos países.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, conheceu-se uma nova ordem mundial, o mundo bipolarizado. As divisões das áreas geográficas de influência do bloco soviético e do bloco estadunidense foram institucionalizadas pelo tratado de Potsdam (1945), assinados por Truman, Stalin e Churchill, então chefes de estado dos EUA, União Soviética e Inglaterra, respectivamente. A esta passagem de "Era dos Extremos" faz parte também a corrida armamentista e tecnológica entre as duas potências. A bipolaridade regeu as relações internacionais e o mundo conheceu uma verdadeira revolução científica e tecnológica, fomentada pela competição entre as economias - comunista e capitalista. A China passou por sua Revolução sob o comando de Mao Zedong, tornando-se uma nova potência comunista.

A ordem bipolar permaneceu até a queda do bloco soviético, incapaz de manter sua economia com os altos gastos provenientes da corrida armamentista. Os momentos finais da ordem bipolar foram simbolizados pela queda do muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991). A partir daí, a hegemonia capitalista passa a dominar o mundo no final do século XX.

Em toda sua obra, Hobsbawm aborda, além dos grandes eventos históricos, a evolução dos costumes da sociedade, os movimentos culturais, o declínio e a desintegração das antigas tradições sociais (familiares, eclesiais, comunitárias, políticas).

Na mesma linha de pensamento está o sociólogo e filósofo francês Edgar Morin (1977) em "Cultura de Massas no Século XX" vol.1: Neurose. Ele analisa que com o desenvolvimento das civilizações, a autoridade dos velhos se degrada, o acesso à idade adulta é abrandado. Embora o tipo de homem que se impõe nas sociedades históricas é o homem adulto, no mundo contemporâneo, esse homem sofre a concorrência, nos momentos de crise, do homem jovem, até mesmo do rapaz. Saint-Just, Robespierre são heróis quase adolescentes da primeira grande revolução dos tempos modernos. Depois foram sempre as jovens gerações que estiveram à frente dos movimentos revolucionários, a exemplo dos anos de 1830, 1848, 1871 na França, depois o outubro de 1917, o outubro polonês e a revolução húngara de 1956, a insurreição argelina de 1964, etc.

Segundo ainda Morin, todo impulso juvenil corresponde a uma aceleração da história. Porém, mais amplamente, numa sociedade em rápida evolução, e, sobretudo, numa civilização em transformação acelerada como a nossa, o essencial

não é mais a experiência acumulada, mas a adesão ao movimento. A experiência dos velhos se torna desusada, anacrônica. A desvalorização da experiência passada está ligada à desintegração das civilizações tradicionais, isto é, ao mesmo tempo do sistema que integra as novas gerações às antigas. Rupturas e perturbações atingem seu máximo de intensidade com a idade da passagem da infância à idade adulta: a adolescência, que não sabe mais – não quer mais – integrar-se na ordem antiga, traz consigo valores novos (aliás conflitantes) e uma vontade de autonomia e respeito tanto da infância quanto do mundo adulto. Nestas condições, o fenômeno, antigo ou latente, das classes de idade assume forma nova. A tendência à constituição de uma classe de idade adolescente, com traços de segregação, de defesa, ou mesmo de agressão a propósito do mundo adulto, afirma-se em toda parte, de forma latente, com a recusa do estatuto do menor, isto é, a reivindicação dos direitos reservados hierarquicamente aos adultos, e mesmo a recusa implícita do mundo adulto tal qual é.

O conjunto da sociedade foi arrastado por um movimento de *degerontocratização* 1. Os ministros jovens, técnicos, jovens universitários estão em ascensão. Nos Estados Unidos e na ex-URSS, a promoção social começa aos 30, e esse rejuvenescimento é copiado na França embora com muita resistência. Para Morin, essa subida dos jovens nas hierarquias corresponde à desvalorização universal da velhice. Os anciãos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) não podem ensinar nada aos combatentes da Resistência, estes, por sua vez, não são mais ouvidos pelos jovens de 1960.

Após relativa *regerontocratização* da política francesa, em 1944, é na cultura de massa que, a partir de 1950, se manifesta o movimento da *nouvelle vague* 2. Na literatura com Françoise Sagan e Françoise Mallet-Jories, na canção com Elvis Presley, Paul Anka, Brande Lee, na pintura com Bernard Buffet, na costura com Yves Saint-Laurent, e sobretudo no cinema, com Vadim, Malle, Truffaut, Chabrol, Godard que se opera a promoção da *juvenilidade* no cenário mundial.

Na leitura de Morin, o romance “Pais e Filhos”, do autor russo Ivan Turgueniev, a grande família baseada na autoridade do pai-chefe deu lugar ao lar restrito, baseado no casal. A emancipação da mulher e a promoção generalizada dos valores femininos destronaram o soberano masculino que aceita seu novo papel no contexto familiar. Os novos pais seriam incapazes de impor uma autoridade na qual não acreditam. Não há mais tabus a fazerem respeitar como virgindade de filhas e/ou culto dos ancestrais ou ética paterna a transmitir aos meninos. São pais-maternais, afetuosos. A criança tem que lutar menos com o pai para tornar-se adulto, mas também tem maior dificuldade em identificar-se com seu pai. Há enfraquecimento da imagem paterna. O pai não fixa mais radicalmente esse complexo patético de projeção e de identificação, esse conflito feito de revolta e de admiração, de recusa em imitar e de imitação, através do qual se efetuava a mudança da criança para adulto.

Anterior ao “breve” século XX como analisa Hobsbawm, outra mudança é apontada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens (1993), em “A Transformação da Intimidade” que vem a ser o padrão da interação pais-filhos que foram substancialmente alterados, para todas as classes durante o período vitoriano “repressivo”. Em alguns aspectos, o poder patriarcal no meio doméstico estava declinando já no final do século XIX. O domínio direto do homem sobre a família, que na realidade era abrangente quando ele ainda era o centro do sistema de produção, ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho. O controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumentou à medida que as famílias ficavam menores, e as crianças passaram a ser identificadas como vulneráveis e necessitando de um treinamento emocional a longo prazo. O centro da família deslocou-se da autoridade patriarcal para a afeição maternal.

Outro elemento distintamente novo era a associação da maternidade com a feminilidade como sendo qualidades da personalidade. O caráter intrinsecamente subversivo da idéia do amor romântico foi durante muito tempo mantido sob controle pela associação do amor com o casamento e com a maternidade; e pela idéia de que o amor verdadeiro, uma vez encontrado, é para sempre. Quando o casamento, para a maioria da população, efetivamente era para sempre, a congruência estrutural entre o amor romântico e a parceria sexual estava bem delineada. O resultado pode, com freqüência, ter sido anos de infelicidade, dada a conexão frágil entre o amor como uma fórmula para o casamento e as exigências para progredir posteriormente. Mas um casamento eficaz, ainda que não particularmente compensador, podia ser sustentado por uma divisão de trabalho entre os sexos, com o marido dominando o trabalho remunerado e a mulher, o trabalho doméstico. O confinamento da sexualidade feminina ao casamento era importante como um símbolo da mulher "respeitável". Isto ao mesmo tempo permitia aos homens conservar distância do reino florescente da intimidade e mantinha a situação do casamento como um objetivo primário das mulheres.

Mas desde que o tamanho da família começa a ser cuidadosamente limitado – algo que se desenvolve principalmente no interior da própria família –, a reprodução começa a ser antes de tudo governada pelo desejo de criar filhos como um interesse autônomo. A invenção da infância e da maternidade tem aqui as suas origens, pontua Giddens.

Em sua obra clássica "História Social da Criança e da Família", o historiador francês Philippe Ariès (2007) identifica os sinais da emergência do sentimento de infância. A sua premissa básica é a de não existir a definição de infância durante o Antigo Regime na Idade Média. Ele desvenda o processo de construção desse sentimento de infância e a concepção de família a partir de análises de elementos iconográficos a exemplo das tapeçarias do século XVI mostrando senhores e suas crianças colhendo uvas e supervisionando a colheita do trigo. O homem não está mais sozinho. O casal não é mais apenas o casal imaginário do amor cortês. A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem, na sala ou nos campos. Os artistas começam a sentir a necessidade de exprimir discretamente a colaboração da família, dos homens e das mulheres da casa, no trabalho quotidiano, com uma preocupação de intimidade outrora desconhecida.

Portanto, é a partir do século XVI quando a criança entra em cena nos calendários. A análise feita por Ariès, portanto vai dizer que sem dúvida, a criança já aparecia com freqüência na iconografia do século XVI, particularmente nos *Miracles de Notre Dame*. Mas ela havia permanecido ausente dos calendários, como se essa tradição iconográfica antiga tivesse hesitado em aceitar esse elemento tardio. As representações sucessivas dos meses do ano introduziram assim novas personagens: a mulher, o grupo de vizinhos e companheiros, e finalmente a criança.

Entretanto, ao longo do século XVI, surgira uma nova idéia, que simbolizava a duração da vida através da hierarquia da família. *Le Grande Propriétaire de toutes choses*, texto medieval traduzido para o francês e editado em 1556 que trata das "idades" era o espelho do mundo. É ilustrado com uma xilogravura que não representa nem os degraus das idades, nem as três ou quatro idades separadas, mas simplesmente uma reunião de família. O pai está sentado com uma criancinha sobre os joelhos. Sua mulher está de pé à sua direita. Um dos filhos está à sua esquerda, e o outro dobra o joelho para receber algo que o pai lhe dá. Trata-se ao mesmo tempo de um retrato de família, conclui Ariès como os que abundavam nessa época nos Países Baixos, na Itália, na Inglaterra, na França e na Alemanha, e

de uma cena de gênero familiar, como as que os pintores e gravadores multiplicariam no século XVII.

No entanto, Morin explica que segundo a regra humana que deseja que toda corrente provoque sua contracorrente, a ausência de pai é experimentada como vazio, angústia e aborrecimento. Há um apelo inconsciente no sentido do pai ideal, autoritário, que faltou às vítimas cada vez mais numerosas de um pai humano em demasia. E talvez a popularidade do ator Jean Gabin junto aos jovens traduza um apelo no sentido de um pai ideal imaginário: Gabin patriarca burguês em *Les grandes familles*, protetor em *Rue des Prairies*, comissário em *Maigret* ou gangster em *Touchez pas au Grisbi* é sempre o velho duro viril, aquele que dispõe da verdadeira força, mas também aquele que compreende tudo.

Na opinião do sociólogo francês, a decadência da imagem do pai e da mãe se dá em benefício, de um lado, de grandes autoridades paternas-maternais, como a nação, que é o Estado-pai e Pátria-mãe, a igreja, até mesmo o partido. As crianças da nova idade, mimadas por seus pais como nunca foram, não encontram, no entanto, a imagem da Mãe autoridade envolvente e a do Pai autoridade ordenadora. Essas grandes imagens, que reinaram nas religiões e nos mitos, se dissipam no imaginário moderno.

Ele também observa que com o impulso da cultura de massa, a figura do pai e da mãe vai se apagando até desaparecer por completo de nossas mentes. Da tragédia antiga ao romance popular, a família é o lugar dos dilaceramentos existenciais com filhos e pais, sogras e genros. Os *comics* e os filmes americanos vão impor o reino do herói sem família. Nessas obras nada se sabe a respeito dos pais dos heróis, não que haja mistério no nascimento, mas porque essa determinação é pura e simplesmente ignorada. Há na cultura de massa uma zona central com desaparecimento do tema dos pais. A invisibilidade dos pais é o tema significativo do cinema americano, ainda que ele tenha setores em que a família aparece como tema eufórico, a exemplo dos filmes *Do Mundo Nada Se Leva*, *A Fúria de Viver*, *Morte de um Caixeiro-Viajante*, *Vidas Amargas*.

Em “Cultura de Massas no Século XX”, Volume 2: *Necrose*, Morin (1997) aborda os novos modelos de identificação com o *boom* do cinema americano no mundo. O novo modelo é o homem em busca de sua auto-realização, através do amor, do bem-estar, da vida privada. É o homem e a mulher que não querem envelhecer, que querem ficar sempre jovens para se amarem e desfrutarem o presente. Igualmente, o tema juventude não concerne apenas aos jovens, mas também àqueles que envelhecem. Estes não se preparam para a senescência, pelo contrário, lutam para permanecerem jovens. Na década de 50, o artista que chegava aos 30 anos estava fadado à morte cinematográfica. As estrelas quase não ultrapassavam os 25 anos e os astros, 28.

Portanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, os limites de idade recuaram. Marlene Dietrich, Joan Crawford, Cary Grant, John Wayne continuaram famosos mesmo aos 50 anos de idade. Não significa que a juventude tenha deixado de ser uma exigência do cinema americano, mas o galã continua sempre galã. Cronologicamente, esses atores envelhecem, mas física e psicologicamente, continuam jovens, isto é, ativos, aventureiros, amorosos. Com 50 ou até 60 anos permanecem viris e belos, musculosos, bronzeados, bem diferentes dos barrigudos cantores de ópera.

Há um século, o desabrochar da mulher de 30 anos já era outonal. O homem de quarenta vivia sua última aventura, atormentado pelo fim da mocidade. Contudo o recalçamento do tempo do declínio foi bruscamente acelerado pela indústria do rejuvenescimento. Esta, nascida com a maquiagem hollywoodiana, deixou de ser

apenas a arte de camuflar o envelhecimento: repara os ultrajes dos anos com cirurgias plásticas, massagens, substâncias à base de embriões, sucos regeneradores que mantêm ou ressuscitam as aparências da juventude. Como isso, todos os sentimentos que correspondem à juventude, permanecem vivos, particularmente, o amor.

Como diz Morin, a velhice está em declínio. A idade adulta se rejuvenesce. A juventude, por seu lado, não é mais, propriamente falando, a juventude: é a adolescência. A adolescência surge enquanto classe de idade na civilização do século XX. As sociedades arcaicas efetuavam pelos ritos de iniciação a passagem brutal da infância para a idade adulta: seja com 12, 14 ou 16 anos, o iniciado tomava lugar na sociedade dos adultos. A adolescência é, de fato, a idade da busca individual da iniciação, a passagem atormentada e de uma infância que ainda não acabou e uma maturidade que ainda não foi assumida, uma pré-sociabilidade (aprendizagem, estudos) e uma socialização (trabalho, direitos civis).

A adolescência não constitui uma categoria antropológica constante, mas uma categoria histórica. Há civilizações sociologicamente sem adolescência. Nas sociedades arcaicas, os mecanismos sociais da iniciação, prova ritualizada, cruel e longa em que a criança deve morrer para nascer adulto, operam uma mutação, impedindo a visão das transições psicológicas da adolescência. Na maioria das sociedades históricas, a ausência de escolaridade e a precocidade do trabalho fazem da adolescência uma realidade mais ou menos clandestina privada de estatuto cultural.

A adolescência seria a fase em que o jovem humano, já meio desligado do universo da infância, mas não ainda integrado no universo do adulto, sofre indeterminações e conflitos. Por conseguinte, só pode haver adolescência onde o mecanismo de iniciação, transformando a criança em adulto, se deslocou ou decompôs-se, e onde se desenvolveu uma zona de cultura e de vida que não está engajada, integrada na ordem social adulta.

Na adolescência, a "personalidade" social ainda não está cristalizada. Os papéis ainda não estão bem definidos. O adolescente está à procura de si mesmo e à procura da condição adulta. Nessa busca, tudo é intensificado: o ceticismo e os fervores. A necessidade de verdade é imperativa. Os valores de sinceridade predominam sobre os valores de infidelidade. A iniciação do adolescente no universo adulto procura, contraditoriamente, as satisfações de auto-afirmação (ganhar dinheiro, fazer amor) e também a profunda insatisfação de entrar numa grande maquinaria monótona (casar-se, ter um emprego, galgar escalões) que termina com a aposentadoria e a morte.

Por volta da metade do século XX, todas essas tendências esparsas individuais tomaram uma consistência sociológica: a constituição de uma classe adolescente ocorre não só na civilização ocidental, mas em escala mundial como mostra Morin. Em diversos grandes centros urbanos, bandos fechados de adolescentes tendiam a constituir-se em clãs que ignoravam ou negavam o universo dos adultos. Esses bandos, chamados "a-sociais", às vezes delinquentes, podiam nutrir-se intensamente de cultura de massas (sobretudo de cinema), mas ao contrário da sociedade adulta, encontravam seus heróis nos personagens "negativos" que, nos filmes de crimes, travavam um combate sem trégua contra a sociedade. Em certo sentido, a "pré-história" da cultura juvenil moderna começa nos bandos marginais de adolescentes.

Uma cultura adolescente-juvenil relativamente nova se constitui por volta de 1955, a partir de certo número de filmes, entre os quais os mais significativos são os de James Dean e Marlon Brando, com títulos por si mesmos reveladores – *Rebel*

without a Cause, The Wild One – que revelam novos heróis, adolescentes no sentido próprio, revoltados contra o mundo adulto e em busca de autenticidade. Depois vem a onda do rock, do jerk, em torno da qual se cristalizam não apenas um gosto juvenil por uma música e uma dança particularmente intensas, mas quase uma cultura, como o exprime muito bem o sentido do termo “yê-yê-yê” que, na França, encobre, não apenas um domínio musical, mas certa maneira de ser, quase uma atitude em face da vida.

Na América, na antiga União Soviética, na Suécia, na Polônia, na Inglaterra, na França, em Marrocos há uma tendência comum aos grupos adolescentes ao afirmar sua própria moral, arvorar seu uniforme (blue jeans, blusões, suéteres), ao ditar a própria moda. Esse grupo se reconhece nos heróis, uns exibidos pelo cinema e outros oriundos da imprensa sensacionalista.

A cultura de massa “acultura” as novas gerações à sociedade moderna. Reciprocamente, a juventude experimenta de modo mais intenso o apelo da modernidade e orienta a cultura de massa nesse sentido. Há, portanto, intensificação, no plano da adolescência, dos conteúdos e dos efeitos da cultura de massa. Os modelos dominantes não são mais os da família⁴ ou da escola, mas os da imprensa e do cinema. Considerado hoje uma nova fatia de mercado, o jovem é um espelho retrovisor da sociedade.

Assim, a cultura de massa desagrega os valores gerontocráticos, acentua a desvalorização da velhice, dá forma à promoção dos valores juvenis, assimila uma parte das experiências adolescentes.

Morin vai dizer que a cultura adolescente-juvenil está economicamente integrada na indústria cultural, capitalista, que funciona segundo a lei de mercado. E é, pois, um ramo de um sistema de produção-distribuição-consumo que funciona para toda a sociedade, levando a juventude a consumir produtos, incentivando os valores de modernidade, felicidade, lazer, amor, etc.

Mas, por outro lado, sofre a influência da dissidência e da revolta, ou mesmo da recusa da sociedade de consumo. Os beatniks, depois os hippies, Greenwich Village, Carnaby Street e San Francisco, depois, em cada cidade grande, os bairros da nova boemia juvenil são como as contra-sociedades, as utopias concretas em que a vida é vivida diferentemente, com outra moral. As canções dissidentes de Bob Dylan, e em seguida de grande número de neotrovadores do não-conformismo, difundem muito amplamente esses novos valores.

A nova cultura adolescente-juvenil tem, assim, dois pólos e a partir desta bipolaridade se efetua uma espécie de eletrólise em que se cria algo de misto, que se difunde no conjunto do mercado juvenil. Nesta zona mista, a dissidência e a revolta são integradas no sistema, depois de terem sido mais ou menos filtradas sem que, entretanto, sejam eliminados todos os fermentos corrosivos. O sistema utiliza a criatividade dos meios marginais, como no plano adulto utiliza a criatividade dos artistas, mas traz os padrões de produção, as censuras e as acomodações. Assim, pode-se dizer esquematicamente que esta cultura é criada pela adolescência, mas que ela é produzida pelo sistema. A criação modifica a produção e a produção modifica a criação. De parte a parte desta zona central ambivalente da cultura juvenil existe a ala “direita”, quase inteiramente integrada e integracionista, com culto das vedetes, *fan´s clubs*, fotos com dedicatória, ausência quase total de divergência, como na França a revista e a transmissão do programa *Salut les copains*; e existe a ala “esquerda”, em que a destruição supera o consumo, em que se está muito perto da violência, das drogas fortes, do L.S.D, da denúncia dos valores oficiais, da contestação política.

O desenvolvimento desta cultura está ligado a uma conquista de autonomia dos adolescentes no seio da família e da sociedade. A aquisição de relativa autonomia monetária (dinheiro para o gasto diário dado pelos pais nas sociedades avançadas e, dinheiro para o diário conservado pelos adolescentes que ganham a vida e entregam tudo que ganham aos pais) e de relativa liberdade no seio da família (o que nos conduz ao problema da liberalização, da desestruturação da família) permitem aos adolescentes adquirir o material que lhes insuflará sua cultura (toca-discos, violão), que lhes dá sua liberdade de fuga e de encontro (bicicleta, motocicleta, automóvel) e lhes permitirá viver sua vida autônoma no lazer e pelo lazer. Esta cultura, esta vida aceleram, em contrapartida, as reivindicações dos adolescentes que não se satisfazem com a semi-liberdade adquirida, e fazem crescer sua contestação a propósito de um mundo adulto cada vez menos semelhante ao deles.

Para Eric Hobsbawm, a melhor abordagem dessa revolução cultural é através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre sexo e gerações. Na maioria das sociedades, essas relações resistiram de maneira súbita, embora isso não queira dizer que fossem estáticas. Com algumas exceções, a maioria da humanidade partilhava certo número de características, como a existência de casamento formal com relações sexuais privilegiadas para os cônjuges (o adultério é tratado universalmente como crime); a superioridade do marido em relação à esposa (patriarcado); e dos pais em relação aos filhos, assim como as gerações mais jovens; famílias consistindo de várias pessoas. Quaisquer que sejam a extensão e a complexidade da rede de parentesco e dos direitos e obrigações mútuos dentro dela, uma família nuclear – um casal com filhos – estava geralmente presente em alguma parte, mesmo quando o grupo ou família co-residente ou cooperante era muito maior. A idéia de que a família nuclear, que se tornou o modelo padrão na sociedade ocidental nos séculos XIX e XX, tinha de alguma forma evoluído a partir de unidades familiares e de parentesco muito maiores, como parte do crescimento do individualismo burguês, baseia-se numa má compreensão histórica, não menos da natureza da cooperação social e sua justificação nas sociedades pré-industriais.

Contudo, na segunda metade do século XX, esses arranjos básicos e há muito existentes começaram a mudar com grande rapidez, pelo menos nos países ocidentais “desenvolvidos”, embora de forma desigual mesmo dentro dessas regiões. Assim, na Inglaterra e no País de Gales, 1938 houve um divórcio para cada 58 casamentos, mas em meados da década de 1980, a proporção era de um divórcio para cada 2,2 casamentos (UM Statistical Yearbook, 1987). Inclusive, há um crescimento do número de separações em 1960. No fim da década de 1970, houve mais dez divórcios para cada mil casais casados na Inglaterra e Gales, ou seja, cinco vezes mais que em 1961.

Essa mudança é vista de forma mais evidente em países de moralidade fortemente impositiva, como os católicos. Na Bélgica, França e Países Baixos, o índice bruto de divórcios (número anual de divórcios por mil habitantes) praticamente triplicou entre 1970 e 1985. Contudo, mesmo em países com tradição de emancipação nessas questões, como a Dinamarca e a Noruega, esse índice dobrou no período.

Hobsbawm também explica que o número de mulheres vivendo sós (isto significa, não como membro de nenhum casal ou família maior) começou a crescer. Em 1960 e 1980, a porcentagem quase duplicou de 12% para 22%, e em 1991 era mais de um quarto. Em muitas grandes cidades ocidentais, elas somavam cerca de metade de todas as casas. Já a família nuclear ocidental clássica estava em visível retração. Nos EUA, essas famílias caíram de 44% para 29%, entre 1960 e 1980. Na Suécia, quase metade de todos os partos na década de 80 foi de mulheres solteiras. Em 1991, nos EUA, 58% das famílias negras eram chefiadas por uma mulher sozinha, e

70% tinham nascido de mães solteiras. Em 1940, 11,3% de famílias “não brancas” eram chefiadas por mães sozinhas, e em 1970, esse número era de 33%.

Na visão do historiador egípcio, a crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Os anos de 60 e 70 foram de extraordinária liberalização tanto para os heterossexuais (sobretudo para as mulheres que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual.

Em seus escritos, Giddens apresenta uma contradição estrutural no relacionamento entre homens e mulheres que estaria centralizada no compromisso. Para criar um compromisso e desenvolver uma história compartilhada, uma pessoa deve se dar à outra. Ou seja, deve proporcionar, por palavras e atos, algum tipo de garantia à outra de que o relacionamento pode ser mantido por um período indefinido. Mas um relacionamento nos dias de hoje não é, como foi um dia o casamento, uma “condição natural” cuja durabilidade pode ser assumida como certa, exceto em algumas circunstâncias extremas. Para que um relacionamento puro tenha a probabilidade de durar, é necessário o compromisso.

Ele relata em “A Transformação da Intimidade” que quando surgem os direitos e deveres define-se o que realmente é a intimidade. Intimidade que não deve ser compreendida como uma descrição interacional, mas como um aglomerado de prerrogativas e de responsabilidades que definem os planejamentos da atividade prática. A importância dos direitos como meios para se chegar à intimidade pode facilmente ser percebida a partir da luta das mulheres para atingir uma posição de igualdade no casamento. O direito das mulheres de tomar a iniciativa do divórcio, por exemplo, o que parece apenas uma sanção negativa, na verdade tem um importante efeito de equilíbrio. Suas conseqüências compensadoras vão além de autorizar a saída de um relacionamento opressivo, por mais importante que ele seja. Elas limitam a capacidade do marido de impor o seu domínio e por isso contribuem para a transformação do poder coercivo em comunicação igualitária.

Voltando ao pensamento de Ariès, na própria Itália do papa, diz ele, o divórcio se tornou legal em 1970, um direito confirmado por referendo em 1974. Na América Latina, na década de 80 acontecia um divórcio para cada 22 casamentos no México, e 33 no Brasil. A venda de anticoncepcionais e a informação sobre o controle de natalidade foram legalizadas em 1971, e em 1975 um novo código de família substituiu o velho, que sobrevivera do período fascista. Finalmente, o aborto foi legalizado em 1978, confirmado por referendo em 1981.

A partir das reflexões presentes em História Social da Criança e da Família, Ariès mostra que o aparecimento do tema da família na iconografia dos meses não foi um simples episódio. Uma evolução maciça arrastaria nessa mesma direção toda a iconografia dos séculos XVI e XVII. No princípio, as cenas representadas pelos artistas se passavam ou num espaço indeterminado, ou em lugares públicos como as igrejas, ou ao ar livre. Na arte gótica, livre do simbolismo romano-bizantino, as cenas de ar livre tornaram-se mais abundantes e mais significativas graças à invenção da perspectiva e ao gosto pela paisagem. Os retratos de família são numerosos. São encontrados tanto em Flandres como na Itália, com Ticiano, Podenone e Veronese, na França, com Le Nain, Lebrun e Tournier, na Inglaterra ou na Holanda, com Van Dyck, nos séculos XVI, XVII, e até mesmo início do século XVIII. Nessa época eles deviam ser tão numerosos como os retratos individuais. Muitas vezes foi dito que o retrato revela o progresso do individualismo, mas é notável que ele traduza acima de tudo o imenso progresso de sentimento de família.

Na análise iconográfica, Philippe Ariès, leva a conclusão que o sentimento da família era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XV e XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII. A família conjugal moderna seria, portanto, a consequência de uma evolução que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a linhagem e as tendências à indivisão.

Nos séculos XI e XII do Mâconnais, havia o progresso da indivisão. É dessa época que a data a indivisão dos bens dos dois cônjuges, que, no século X, ainda não estavam fundidos numa massa comum, administrada pelo marido: nesse século, o marido e a mulher geriam cada um seus bens hereditários, compravam e vendiam separadamente, sem que o cônjuge pudesse interferir.

Durante o século XIII, a situação mais uma vez se inverteu. As novas formas de economia monetária, a extensão da fortuna mobiliária, a frequência das transações e, ao mesmo tempo, os progressos da autoridade do Príncipe e da segurança pública provocaram um estreitamento das solidariedades de linhagem e o abandono das divisões patrimoniais. A família conjugal tornou-se novamente independente. Contudo, a classe nobre não voltou à família de laços frouxos do século X. O pai manteve e até mesmo aumentou a autoridade que, nos séculos XI e XII, lhe havia sido conferida pela necessidade de manter a integridade do patrimônio indiviso. A partir do fim da Idade Média, a capacidade da mulher entrou em declínio. Foi também no século XIII, na região do Mâconnais, que o direito da primogenitura se difundiu nas famílias nobres. Ele substituiu a indivisão, que se tornou mais rara, como meio de salvaguardar o patrimônio e sua integridade. A substituição da indivisão e da comunhão de bens do casal pelo direito de primogenitura parece ser ao mesmo tempo um sinal da importância atribuída à autoridade paterna e do lugar assumido na vida quotidiana pelo grupo do pai e seus filhos.

O historiador francês Georges Duby explica que, de acordo com o Philippe Ariès, a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias suficientes, ele se esquia da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam. A história da linhagem é uma sucessão de contrações e distensões, cujo ritmo sofre as modificações da ordem política.

Porém, a partir do século XIV, observa Ariès, assistimos ao desenvolvimento da família moderna com a degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar que perde o direito de substituir o marido ausente ou louco. Já no século XVI, a mulher casada torna-se uma incapaz, e todos os atos que faz sem ser autorizada pelo marido e pela justiça tornam-se radicalmente nulos. Essa evolução reforça os poderes do marido, que acaba por estabelecer uma espécie de monarquia doméstica. A legislação real, por sua vez, se empenhou em reforçar o poder paterno no que concerne ao casamento dos filhos. Enquanto se enfraqueciam os laços da linhagem, a autoridade do marido dentro de casa tornava-se maior e a mulher e os filhos se submetiam a ela mais estritamente. Esse movimento duplo, na medida em que foi o produto inconsciente e espontâneo do costume, manifesta uma mudança nos hábitos e nas condições sociais. Passara-se, portanto, a atribuir à família o valor que outrora se atribuía à linhagem. Ela torna-se a célula social, a base dos Estados, o fundamento do poder monárquico.

A partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta, mal percebida tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, e difícil de reconhecer. E, no entanto, o fato essencial é bastante evidente: a extensão da frequência escolar. Na Idade Média, por exemplo, a educação das crianças era garantida pela aprendizagem junto aos adultos, e que, a partir de sete anos, as crianças viviam com outra família que não a sua. Dessa época em diante, ao contrário, a educação passou a ser fornecida cada vez mais

pela escola. A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao adulto. Essa evolução correspondeu a uma necessidade nova de rigor moral das partes dos educadores, a uma preocupação de isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos. Mas segundo Philippe Áries também correspondeu a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e de não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de outra família. A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança. Esta não ficou, porém desde o início junto com seus pais: deixava-os para ir a uma escola distante, embora no século XVII se discutissem as vantagens de se mandar a criança para o colégio e muitos defendessem a maior eficácia de uma educação em casa, com um preceptor. Mas o afastamento do escolar não tinha o mesmo caráter e não durava tanto quanto a separação do aprendiz. A criança geralmente não era interna no colégio. Morava num pensionato particular ou na casa do mestre. Nos dias de feira, traziam-lhe dinheiro e provisões. O laço entre o escolar e sua família se estreitava: segundo os diálogos do pedagogo francês Maturin Cordier (1479-1564), era mesmo necessária a intervenção dos mestres para evitar visitas muito freqüentes à família, visitas projetadas graças à cumplicidade das mães. Algumas crianças mais ricas não saíam de casa sozinhas; eram acompanhadas de um preceptor, um estudante mais velho ou um criado, quase sempre seu irmão de leite. Os tratados de educação do século XVII insistem nos deveres dos pais relativos à escolha do colégio e do preceptor, e à supervisão dos estudos, à repetição das lições, quando a criança vinha dormir em casa. O clima sentimental era agora completamente diferente, está mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola.

De qualquer maneira, o afastamento que o pequeno número de colégios tornava inevitável não seria tolerado por muito tempo pelos pais. O esforço dos pais, secundados pelos magistrados urbanos, no sentido de multiplicar as escolas a fim de aproximá-las das famílias, é um sinal digno de nota, na observação de Ariès. Alguns contemporâneos inquietaram-se com essa proliferação das escolas que correspondia ao mesmo tempo a essa necessidade de educação teórica, que substituíra as antigas formas práticas de aprendizagem, e ao desejo dos pais de não afastar muito as crianças, de mantê-las perto o mais tempo possível. Esse fenômeno comprova uma transformação considerável da família: esta se concentrou na criança, e sua vida confundiu-se com as relações cada vez mais sentimentais dos pais e dos filhos. De fato, a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança, conclui Ariès.

As sobrevivências da antiga aprendizagem nas duas extremidades da escala social não impediram seu declínio: a escola venceu, através da ampliação dos efetivos, do aumento do número de unidades escolares e de sua autoridade moral. Nossa civilização moderna, de base escolar, foi então definitivamente estabelecida. O tempo a consolidaria, prolongando e estendendo a escolaridade.

Os problemas morais da família apareceram então sob uma luz nova. Isso fica evidente no caso do antigo costume que permitia beneficiar apenas um dos filhos em detrimento dos irmãos, em geral o filho mais velho. Para Philippe Áries tudo indica que esse costume se difundiu no século XIII, para evitar o perigoso esfacelamento de um patrimônio cuja unidade não estava mais protegida pelas práticas de propriedade conjunta e solidariedade de linhagem, mas, ao contrário, era ameaçada por uma maior mobilidade da riqueza. O privilégio do filho, beneficiado por sua primogenitura ou pela escolha dos pais, foi a base da sociedade

familiar do fim da Idade Média até o século XVII, mas não mais durante o século XVIII. De fato, a partir da segunda metade do século XVII, os moralistas educadores contestaram a legitimidade dessa prática, que, em sua opinião, prejudicava a equidade, repugnava a um sentimento novo de igualdade de direito à afeição familiar e era acompanhada de uma utilização profana dos benefícios eclesiásticos – esses moralistas eram também reformadores religiosos. Um capítulo do tratado de Varet *De l'éducation des enfants*, publicado em 1666, trata da “igualdade que se deve manter entre as crianças”. Há outra desordem que se introduziu entre os fiéis e que não fere menos a igualdade que os pais e as mães devem a seus filhos. Essa desordem se resume no fato de os pais pensarem apenas no estabelecimento daqueles que, pela condição de seu nascimento ou pelas qualidades de sua pessoa, lhes agradam mais. Eles lhes agradavam porque serviam melhor ao futuro da família. Trata-se da concepção de uma família como uma sociedade independente do sentimento pessoal, como uma “casa”. As pessoas temem que, se dividirem igualmente seus bens entre seus filhos, não possam aumentar como queriam o brilho e a glória da família. O filho mais velho não poderia possuir nem manter os encargos e os empregos que os pais lhe tentam obter se seus irmãos e irmãs tivessem as mesmas vantagens que ele. É preciso, portanto, pô-los em condições de não poder disputar esse direito com o mais velho. É preciso enviá-los aos claustros contra sua vontade e sacrificá-los logo aos interesses daquele que se destina ao mundo e à vaidade. Ariès chama atenção para o fato que a indignação provocada pelas falsas vocações e os privilégios do filho mais velho não está mais presente quando se trata do casamento: ninguém pensava em contestar o poder dos pais nessa questão.

Coustel em suas *Règles de l'éducation des enfants*, traduz, ao contrário, um certo embaraço, e prefere cercar-se de todo o tipo de precauções para condenar uma prática antiga e difundida, e que parecia ligada à permanência da sociedade familiar. Ele admite que os pais tenham preferências: “Não é que os pais façam mal ao amar mais aqueles de seus filhos que são mais virtuosos ou tem melhores qualidades que os outros. Mas digo que pode ser perigoso manifestar de forma muito gritante essa distinção e essa preferência”.

Já o abade Goussalt, em seu *Portrait d'un honnête homme* de 1692, é mais veemente: “Há não apenas vaidade e melhor parte dos bens ao filho mais velho da família, para mantê-lo sempre no luxo e eternizar seu nome; há mesmo injustiça. Que fizeram os mais moços para serem tratados assim? Há pessoas que, a fim de estabelecer alguns de seus filhos num nível superior a seus próprios meios, sacrificam os outros e os encerram em mosteiros sem consultá-los a respeito e sem examinar se tem uma vocação real. Os pais não amam igualmente seus filhos e introduzem diferenças onde a natureza não quis fazê-lo”. Apesar de sua convicção, Goussalt admite ainda, como uma concessão ao senso comum, que os pais possam ter de fato mais amor por alguns de seus filhos, mas esse amor é um fogo que eles devem manter oculto sob as cinzas.

Ariès rebate as opiniões anteriores dizendo que os esforços para restabelecer os privilégios do mais velho no início do século XIX chocaram-se com uma repugnância invencível da opinião pública: muitos poucos chefes de família, mesmo nobres, utilizaram o direito que lhes era reconhecido pela lei de beneficiar apenas um dos filhos. Fourcassié cita uma carta de Villèle em que este se lamenta desse insucesso de sua política, e profetiza o fim da família. Na realidade, esse respeito pela igualdade entre os filhos de uma família é prova de um movimento gradual da família-casa em direção à família sentimental moderna. Tendia-se agora a atribuir à afeição dos pais e dos filhos, sem dúvida tão antiga quanto o próprio mundo, um valor novo: passou-se a basear na afeição toda a realidade familiar. Os teóricos do início do século XIX, entre os quais Villèle, consideravam essa base demasiado frágil; eles preferiam a concepção de uma “casa” familiar, uma verdadeira empresa

independente dos sentimentos particulares; haviam compreendido também que o sentimento da infância estava na origem desse novo espírito familiar, do qual suspeitavam. Por essa razão, tentaram restaurar o direito da primogenitura, derrubando assim toda a tradição dos moralistas religiosos do *Ancien Régime*.

Ao longo de todo o século XVII, observa Ariés existia uma corrente de opinião hostil à escola, embora a escola fosse um fenômeno recente. Os moralistas, que haviam compreendido a importância da educação, durante tanto tempo ignorada e ainda mal percebida por seus contemporâneos, não perceberam bem o papel que a escola podia desempenhar e já havia desempenhado no treinamento das crianças.

Portanto, Coustel reconhece, aliás, que a discussão é de caráter teórico, pois, em sua época, todos os meninos eram enviados ao colégio. "O costume mais geralmente aceito na educação das crianças é colocá-las em colégios. Essas instituições têm suas vantagens: as crianças fazem aí conhecimento e amizades vantajosas, que muitas vezes duram até o fim da vida. Elas aproveitam também os benefícios da disputa: As crianças adquirem aí a coragem louvável de falar em público sem empalidecer à vista dos homens, o que é absolutamente necessário àqueles que devem assumir cargos importantes. A educação particular acentua a timidez. Os tratados de cortesia, as regras de moral e as artes de amar concorriam para um mesmo resultado: iniciar o rapaz (e às vezes a dama) na vida em sociedade, a única conveniente fora dos claustros, uma vida em que tudo – tanto as coisas sérias como os jogos – se passava através dos contatos humanos e das conversações", disse.

No século XVI, essa literatura medieval complexa e farta iria transformar-se e simplificar-se. Dela se originariam dois gêneros, próximos no fundo, mas diferentes na forma: "as civilidades" e os "cortesãos", ou tratados sobre a arte de fazer sucesso na vida.

No entanto, esses livros não se destinavam apenas às crianças. O manual de Antoine de Courtin dirigia-se não apenas às pessoas que tem filhos, mas também àquelas que, embora de idade avançada, não foram, contudo instruídas na polidez e na decência o suficiente para poder observá-las em sociedade. Os assuntos tratados nem sempre pertenciam à literatura infantil; muitas vezes eram assuntos de adultos, conselhos sobre como tratar a mulher e os criados, ou sobre como envelhecer sabiamente. Isso se explica pelas origens dos manuais de civilidade, que eram, em suma, registros dos costumes de aprendizagem, ainda muito influenciados pelos hábitos de uma época em que não se dosava a matéria transmitida às crianças, e em que estas eram logo completamente mergulhadas na sociedade: tudo lhes era dado desde o início. As crianças misturavam-se imediatamente aos adultos. A exemplo dos antigos preceitos da conduta à mesa, que conservaram toda a sua importância até o fim do século XVIII; a refeição continuava a ser um rito social – o que praticamente deixou de ser hoje – em que o papel de cada pessoa era minuciosamente definido e no qual era preciso prestar uma atenção especial à própria conduta: não comer muito depressa, não pôr os cotovelos sobre a mesa, não palitar os dentes, não cuspir, tanto quanto possível, e, se fosse absolutamente necessário, fazê-lo de alguma forma discreta.

O grande número de manuais de civilidade, suas reedições e adaptações, de Erasmo a J.B. de La Salle e outros, provam-nos, na leitura de Ariés que a escola ainda não tinha monopolizado todas as funções de transmissão de conhecimento. As pessoas ainda se importavam muito com as boas maneiras, que alguns séculos antes haviam constituído o essencial da aprendizagem. A conduta doce e harmoniosa das crianças, escreveria um pedagogo do século XVII, dá mais crédito a uma escola do que uma instrução sólida, porque ela mostra a todos que a criança

foi instruída, embora talvez tenha aprendido pouca coisa, já que as boas maneiras são a parte principal da educação.

Na segunda metade do século XVII, as civilidades mantinham seu aspecto tradicional, mas reservavam um lugar cada vez maior aos conselhos educativos e às recomendações dirigidas apenas às crianças, excluindo os adultos, como, por exemplo, recomendações relativas ao comportamento dos escolares. Num manual pueril e honesto para a instrução das crianças, de 1761, havia um capítulo inteiro sobre a maneira pela qual a criança se deve comportar na escola. Esse manual inspirava-se no de Cordier, que era mestre-escola, e em seus diálogos escolares. Ele ensinava como enumera Philippe Ariès que a criança devia tirar o chapéu ao entrar na escola, tanto por reverência ao mestre como para saudar os companheiros. A criança não deveria mudar de lugar, e sim permanecer naquele indicado pelo mestre. "Não incomodeis vossos companheiros, empurrando em um e batendo em outro. Não sejais tão descortês e pouco prestativo a ponto de recusar a vossos companheiros em caso de necessidade de qualquer coisa que eles possam ter-se esquecido de trazer. Não converseis na escola. É uma prova de espírito maldoso demonstrar alegria quando alguém é repreendido ou castigado". Não se tratava apenas de iniciar a criança nos hábitos dos adultos, que outrora elas aprendiam unicamente através da experiência da aprendizagem; o tratado de civilidade agora prestava mais atenção à vida escolar, adaptava-se a ela e a prolongava. Isso era uma consequência do desenvolvimento da escola e da particularização da infância, que adquiriu uma importância cada vez maior nos manuais de civilidade, em detrimento dos adultos.

A *Civilité nouvelle* de 1671 já era algo como um tratado de educação para os pais, o que não acontecia com os manuais de civilidade tradicionais, concebidos como simples registros de costumes estabelecidos, disse Ariès. O manual aconselhava como fazer para corrigir as crianças, em que idade se devia começa a ensinar-lhes as letras, e assim por diante. "A criança deverá repetir em casa o que tiver aprendido na escola ou no colégio, ou então deverá aprender em casa o que tiver de recitar diretamente diante do mestre. À noite, os pais deveriam proceder a um exame de consciência: Se a criança se tiver portado como um homem será lavada e acariciada. Se tiver cometido algumas faltas leves, os adultos a corrigirão, ralhando, caçoando dela ou infringindo-lhe alguma pena leve e fácil de suportar. Se tiver praticado alguma ação do tipo das que se aproximam do crime, como a blasfêmia, o roubo, a mentira, tiver proferido algum insulto, injúria grosseira contra um criado ou tiver sido desobediente, demonstrando teimosia e arrogância, será surrada com uma vara. A seguir, a criança dirá boa-noite a seus pais e mestres, e irá fazer suas necessidades. Finalmente, depois de se despir, deitar-se-á na cama para dormir, sem se distrair com conversas e sem contar histórias ou bobagens (ninguém dormia sozinho). Ela deverá deitar-se de forma a ficar bem e decentemente acomodada, e toda coberta; não dormirá nem de bruços nem de costas, mas de lado (conselho de higiene medieval); não dormirá sem camisa, tanto por razões de decoro como para poder encontrar facilmente suas roupas em todas as circunstâncias que possam ocorrer", dizia a publicação.

Estamos longe, como vemos, dos manuais de civilidade tradicionais conclui Ariès, pois não se trata mais de registrar os hábitos dos adultos para as crianças ou outros adultos ignorantes, e sim de instruir a própria família sobre seus deveres e suas responsabilidades, e de aconselhá-la em sua conduta com relação às crianças. A diferença entre a civilidade de Erasmo e os tratados de educação de Coustel e de Varet dá a medida da distância entre a família do fim do século XV, ainda ligada aos hábitos medievais de aprendizagem em casas estranhas, e a família da segunda metade do século XVII, já organizada em torno das crianças. Contudo, esses traços quase modernos de educação familiar não diminuíram o sucesso dos tratados de civilidade tradicionais, pois a concentração da família em torno das crianças ainda

não se opunha aos antigos hábitos de sociabilidade: os próprios educadores reconheciam que o “comércio do mundo” continuava a ser essencial.

Já que tudo dependia das relações sociais, Ariès vai indagar onde as pessoas se encontravam? Muitos traços antigos se mantinham: freqüentemente elas ainda se descobriam fora, na rua, mas não apenas por acaso, pois as cidades eram pequenas e pouco espalhadas. A gravidade da crise habitacional dos anos 50 do século XX forneceu algumas informações sobre o efeito da habitação sobre a família. As pessoas eram menos sensíveis à promiscuidade durante o *Ancien Régime*. Porém, é preciso haver um espaço mínimo, sem o qual a vida familiar se torna impossível e o sentimento da família, não pode nem se formar nem se desenvolver. As pessoas pobres e mal alojadas sentiam um amor banal por suas criancinhas e ignoravam as formas mais complicadas e mais modernas do sentimento da família. Eram sempre, como na Idade Média, famílias silenciosas. É certo que os jovens deviam deixar muito cedo esses cômodos únicos que hoje se chama cortiço, quer para emigrar para outros cortiços – dois irmãos juntos ou marido e mulher – quer para viver na casa grande dos ricos como aprendizes, criados ou empregados.

Essa sociabilidade durante muito tempo se havia oposto à formação do sentimento familiar, pois não havia intimidade. O desenvolvimento, nos séculos XVI e XVII, de uma relação afetiva nova, ou ao menos consciente, entre os pais e os filhos não a destruiu. Essa consciência da infância e da família – no sentido de consciência de classe – postulava zonas de intimidade física e moral que não existiam antes. Contudo, nessa época, ela se combinou com uma promiscuidade permanente. A conjunção de uma sociabilidade tradicional e de uma consciência nova da família seria encontrada apenas em algumas famílias abastadas rurais ou urbanas, nobres ou plebéias, camponesas ou artesãs. As casas desses homens abastados tornaram-se centros de vida social, em torno das quais gravitava todo um pequeno mundo complexo e numeroso. Esse equilíbrio entre a família e a sociedade não iria resistir à evolução dos costumes, e aos novos progressos da intimidade.

Segundo Ariès, o conforto data dessa época: ele nasceu ao mesmo tempo que a intimidade, a discrição e o isolamento, e foi uma das manifestações desses fenômenos. Não havia mais camas por toda a parte. As camas eram reservadas ao quarto de dormir, mobiliado de cada lado da alcova com armários e nichos onde se expunha um novo equipamento de toalete e de higiene. Na França e na Itália, a palavra *chambre* tendeu a se opor à palavra *salle* – antes eram quase sinônimas; a *chambre* designava o cômodo onde se dormia, e a *salle*, o cômodo onde se recebia ou se comia: o *salon* e a *salle à manger*, a *caméra* e a *sala da pranza*. Na Inglaterra, a palavra *room* continuou a ser utilizada em todos os casos, mas foi especificado através de um prefixo: *dining-room*, *bed room*, etc.

Essa especialização dos cômodos da habitação, surgida inicialmente entre a burguesia e a nobreza, foi certamente uma das maiores mudanças da vida cotidiana. Correspondeu a uma necessidade nova de isolamento. Nesses interiores mais fechados, os criados não saíam mais das áreas que lhes eram determinadas – a não ser nas casas dos príncipes de sangue, onde persistiam os antigos hábitos. O escritor *Louis Sébastien Mercier* registrou como uma inovação recente o hábito das damas chamarem as criadas com campainhas. As campainhas eram montadas de forma que se pudesse acioná-la a distância – antes, elas mal eram capazes de chamar a atenção no próprio cômodo onde soavam. Nada poderia ser mais característico dessa nova necessidade de manter os criados a distância e também de se defender contra os intrusos. No fim do século XVIII, não se usava mais ir à casa de um amigo ou sócio a qualquer hora, sem prevenir. As pessoas se visitavam nos dias de recepção, enviavam-se reciprocamente cartões através dos criados ou o correio se encarrega das visitas. Nada é mais fácil, ninguém é visível, todos têm a

decência de fechar sua porta. As novas maneiras propunham abandonar aquilo que antes era a ocupação mais natural, o meio de fazer avançar os negócios e de conservar a posição e os amigos. Outrora, vivia-se em público e em representação, e tudo era feito oralmente, através da conversação. Agora, separava-se melhor a vida mundana, a vida profissional e a vida privada: a cada um era determinado um local apropriado como o quarto, o gabinete ou o salão, define Ariès.

A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluía os criados, os clientes e os amigos. As cartas do General de Martange, escritas à sua mulher entre 1760 e 1780, representavam os progressos de um sentimento da família que se havia despojado de todo arcaísmo e tornado idêntico ao do século XIX e início do século XX. A família deixara de ser silenciosa: tornara-se tagarela e invadira a correspondência das pessoas, bem como, sem dúvida, suas conversas e preocupações.

As antigas formas de tratamento como *Madame* desapareceram. Martange tratava sua mulher por “minha querida mamãe”, “minha querida amiga”, “minha querida criança”, “minha querida menina”. O marido dava à mulher o mesmo nome pelo qual a chamavam as crianças: mamãe. Suas cartas estão cheias de detalhes sobre as crianças, sua saúde e sua conduta. As crianças são designadas por diminutivos familiares: *Minette* e *Coco*. O uso mais difundido do diminutivo e do apelido correspondia a uma familiaridade maior, e, sobretudo, a uma necessidade das pessoas se chamarem de uma forma diferente dos estranhos, de sublinhar por uma espécie de linguagem iniciática a solidariedade dos pais e filhos, e a distância que os separava de todos os demais.

No século XVII, quando não era objeto de distração, a criança era o instrumento de uma especulação matrimonial e profissional, destinada a promover um avanço da família na sociedade. Em Martange, essa preocupação passa para o segundo plano: sua preocupação com a educação parece muito mais desinteressada. As crianças tal como são e a família tal como é, com suas dores e alegrias cotidianas, emergiram de uma rotina elementar para atingir as zonas mais luminosas da consciência. Esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranho ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna.

Uma das marcas mais características dessa família analisa Ariès é a preocupação de igualdade entre os filhos. Os moralistas do século XVII defendiam muito timidamente essa igualdade, sobretudo porque o favorecimento dos privilegiados fazia com que os mais moços corressem o risco de falsas vocações religiosas, mas também porque eles estavam adiantados para sua época e pressentiam as condições futuras da vida familiar. Mas a partir do fim do século XVIII, a desigualdade entre os filhos de uma mesma família seria considerada uma injustiça intolerável. Foram os costumes – e não o código civil ou a Revolução – que suprimiram o direito de primogenitura. As famílias francesas o recusaram quando os ultras da Revolução o restauraram, inspirados numa nova concepção da família, que eles erroneamente atribuíram ao *Ancien Régime*. Em 20 famílias abastadas, escreveu Villèle a Polignac em 31 de outubro de 1824, mal haverá uma onde se ponha em prática a faculdade de beneficiar o filho mais velho ou qualquer outro. Os laços da subordinação estão de tal forma frouxos em toda parte que, dentro da família, o pai se crê obrigado a agradar aos filhos.

Entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais, lugar este a que não poderia ter aspirado no tempo em que o costume mandava que fosse confiada a estranhos. De fato, vai dizer Ariès, a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações

internas com a criança. Essa volta das crianças ao lar foi um grande acontecimento: ela deu à família do século XVII sua principal característica, que a distinguiu das famílias medievais. A criança tornou-se um elemento indispensável da vida cotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. Ela não era ainda o pivô de todo o sistema, mas tornara-se uma personagem muito mais consistente. Essa família do século XVII, entretanto, não era a família moderna: distinguia-se desta pela enorme massa de sociabilidade que conservava. Onde ela existia, ou seja, nas grandes casas, ela era um centro de relações sociais, a capital de uma pequena sociedade complexa e hierarquizada, comandada pelo chefe de família.

A família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família.

Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, burgueses, artesãos e lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais. O sentimento da casa, do *chez soi*, do *home*, não existia para eles. O sentimento da casa é outra face do sentimento da família. A partir do século XVIII, e até os dias de hoje, o sentimento da família modificou-se muito pouco. Ele permaneceu o mesmo nas burguesias rurais ou urbanas do século XVIII. Por outro lado, ele se estendeu cada vez mais a outras camadas sociais. Na Inglaterra do fim do século XVIII, Ashton constatou os progressos da vida familiar: "Os trabalhadores agrícolas tenderam a se instalar numa casa própria, ao invés de morar na casa de seus empregadores, e o declínio da aprendizagem na indústria têxtil permitiu casamentos mais precoces e famílias mais numerosas". O casamento tardio, a precocidade do trabalho, os problemas habitacionais, a mobilidade do estágio do auxiliar junto ao mestre, a persistência das tradições de aprendizagem – todos esses fatores constituíram obstáculos ao modo ideal de vida familiar burguesa, obstáculos que a evolução dos costumes pouco a pouco removeria. A vida familiar estendeu-se a quase toda a sociedade, a tal ponto que as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa, finaliza Ariès.

1. Gerontocracia – predomínio dos velhos num grupo social; governo dos anciãos.
2. Nouvelle vague - movimento cinematográfico que enobreceu o cinema tanto como a literatura, com referências intelectuais cerca de cinquenta anos depois da criação do termo "sétima arte". Sua linguagem de ruptura influenciou cineastas como o norte-americano Martin Scorsese, o franco-polonês Roman Polanski, o alemão Rainer Fassbinder, o italiano Pier Paolo Pasolini e até o cinema novo brasileiro.
3. Jean Gabin – ator de mais popularidade do cinema francês, nascido em Paris em 1904 com o nome de Jean Alexis Moncorge, Gabin conquistou a fama que conservou por quatro décadas, a partir do advento do cinema falado e notabilizado num tipo de personagem rude, porém cavalheiro.
4. Mas a figura do pai e da mãe não é exorcizada. Toda crise da sociedade afluyente suscita ou vai suscitar, necessariamente, do recurso dos grandes mitos paternais e maternos, dos grandes chefes, da grande igreja, ou do grande partido, da Nação.

Capítulo II – O jovem e a cultura

Historicamente, a juventude sempre se opôs a toda forma de opressão, exploração e supressão das liberdades, participando dos movimentos imemoráveis. A partir da década de 50 vive-se um momento de expressiva ascensão do jovem que tem início nos Estados Unidos principalmente entre a classe média e alta. A cultura juvenil tornou-se dominante nas economias de mercado desenvolvidas, diz-nos Hobsbawm.

O aumento de uma cultura juvenil específica anunciava uma profunda mudança na relação entre as gerações. Os acontecimentos políticos mais dramáticos, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, foram as mobilizações da faixa etária que, em países menos politizados, fazia a fortuna da indústria fonográfica, que tinha 70 a 80% de sua produção, principalmente o *rock*, vendida quase inteiramente a clientes entre 14 e 25 anos. Embora os jovens estejam sempre mudando, o adolescente como ator consciente de si mesmo era cada vez mais reconhecido pelos fabricantes de bens de consumo.

A nova “autonomia” da juventude como uma camada social separada foi simbolizada por um fenômeno que, provavelmente não teve paralelo desde a era romântica do início do século XIX: o herói cuja vida e juventude acabavam juntas. Essa figura, antecipada na década de 50 pelo astro de cinema James Dean, foi comum, talvez mesmo um ideal típico, no que se tornou a expressão cultural característica da juventude, explica Hobsbawm.

Em 1960, a juventude era vista não como um estágio preparatório para a vida adulta, mas como o estágio final do pleno desenvolvimento. No esporte, por exemplo, atividade em que a juventude é suprema, a vida se dava como encerrada depois dos 30. Embora isso não correspondesse a uma realidade social em que poder, influência e realização, além de riqueza, aumentavam com a idade, provava, uma vez mais, que o mundo estava organizado de forma insatisfatória. Pois até a década de 1970 o mundo do pós-guerra era governado por uma gerontocracia. Isso se aplicava tanto ao mundo capitalista quanto ao comunista, bem como aos grandes Estados pós-coloniais. Um líder com menos de 40 anos era uma raridade mesmo em regimes revolucionários surgidos de golpes militares. Daí muito do impacto internacional de Fidel Castro, que tomou o poder em Cuba aos 32 anos de idade.

Outra observação que faz Hobsbawm é que a cultura juvenil tornou-se dominante nas economias de mercado desenvolvidas, porque esse grupo passou a representar o poder de compra e porque as novas gerações de adultos fora socializada como integrante de uma cultura juvenil autoconsciente. Qualquer que fosse a estrutura de idade da administração da IBM ou da Hitachi, os novos computadores eram projetados e os novos programas criados por pessoas com, aproximadamente, 20 anos. E a geração que não crescera com eles tinha uma aguda consciência de sua inferioridade em relação às gerações que o haviam feito. O que os filhos podiam aprender com os pais tornou-se menos óbvio do que os pais não sabiam e os filhos sim. Inverteram-se os papéis das gerações. O *blue jeans*, por exemplo, passou a integrar, definitivamente, o guarda-roupa dos mais velhos.

O internacionalismo foi outra peculiaridade da nova cultura jovem nas sociedades urbanas. Passa a existir uma cultura jovem global que certamente não poderia ter surgido em qualquer período anterior. Como analisa o historiador egípcio, o número de seus adeptos teria sido muito menor, em termos relativos e absolutos, pois a extensão do tempo de educação e, sobretudo a criação de vastas populações de rapazes e moças vivendo juntos como um grupo etário em universidades expandiu

muito. Além disso, mesmo os adolescentes que entravam no mercado de trabalho em tempo integral na idade de deixar a escola, entre 14 e 16 anos no país desenvolvido, tinham muito mais poder aquisitivo que seus antecessores, graças à prosperidade e pleno emprego da Era de Ouro e à maior prosperidade dos pais, que tinham menos necessidade do dinheiro dos filhos para o orçamento familiar.

Portanto, foi a descoberta desse mercado jovem em meados da década de 1950 que revolucionou o comércio da música popular e, na Europa, o mercado de massa das indústrias da moda. O *boom* adolescente britânico que começou nessa época baseou-se nas concentrações urbanas de moças relativamente bem pagas nos escritórios e lojas em expansão, muitas vezes com mais para gastar do que os rapazes, e naquela época menos comprometidas com os padrões de gastos masculinos em cerveja e cigarro. O *boom* revelou primeiro sua força em áreas em que as compras das moças se destacavam como blusas, saias, cosméticos e discos populares sem falar nos concertos populares, dos quais elas eram as freqüentadoras mais assíduas e audíveis. Pode-se medir o poder do dinheiro jovem pela venda de discos nos Estados Unidos, que subiram de 277 milhões de dólares em 1955, quando o *rock* apareceu, para 600 milhões em 1959, e 2 bilhões em 1973.

O poder de mercado independente tornou mais fácil para a juventude descobrir símbolos materiais ou culturais de identidade. Contudo, o que acentuou os contornos dessa identidade foi o enorme abismo histórico que separava as gerações nascidas antes de 1925 das nascidas depois de 1950. A partir de 1960, a maioria dos pais com filhos adolescentes passou a ter uma aguda consciência disso. Os jovens viviam em sociedades seccionadas de seu passado por revolução, como na China, Iugoslávia e Egito; por conquista e ocupação, como na Alemanha e Japão; ou por libertação colonial. Eles não tinham lembrança do dilúvio. A não ser talvez pela experiência partilhada de uma grande guerra nacional, como a que ligou velhos e jovens por algum tempo na Rússia ou na Grã-Bretanha, eles não tinham como entender o que seus mais velhos haviam vivido ou sentido – mesmo quando estes se dispunham a falar do passado, pois a maioria dos alemães, japoneses e franceses se mostravam relutantes em fazê-lo.

A Era do Ouro alargou esse abismo, até a década de 1970. Como rapazes e moças criados na era do pleno emprego podiam compreender a experiência da década de 1930? Como uma geração mais velha poderia entender jovens para os quais um emprego não era um porto seguro após mares tempestuosos (sobretudo empregos com garantia de aposentadoria), mas um trabalho que podia ser conseguido a qualquer hora, e abandonado a qualquer hora? Hobsbawn mostra que essa versão do abismo de gerações não se restringiu aos países industriais, pois o impressionante declínio do campesinato criou um abismo semelhante entre gerações rurais e ex-rurais, braçais e mecanizadas. Esse abismo de gerações afetava a maioria dos habitantes do mundo para os quais os grandes acontecimentos políticos do século haviam passado ao largo ou que não tinham opiniões particulares sobre eles, a não ser na medida em que afetavam suas vidas privadas.

Mas é fato que a população mundial era agora mais jovem. Na maior parte do Terceiro Mundo, onde ainda não se dera a transição demográfica de altas para baixas taxas de natalidade, era provável que algo entre dois quintos e metade dos habitantes, em algum momento da segunda metade do século, tivessem menos de catorze anos. Por mais fortes que fossem os laços de família, por mais poderosa que fosse a teia de tradição que os interligasse, não podia deixar de haver um vasto abismo entre a compreensão da vida deles, suas experiências e expectativas, e as das gerações mais velhas.

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo da revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Duas de suas características são, portanto relevantes. Foi ao mesmo tempo informal e contraditório, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha de “estar na sua”, com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e a moda impusessem tanta uniformidade quanto antes, pelos menos dentro dos grupos de pares e subculturas.

Na Era dos Impérios, capítulo do livro *Era dos Extremos*, Hobsbawm (1995) cita que as influências culturais começaram pela primeira vez a mover-se sistematicamente de baixo para cima, tanto através do forte impacto das artes plebéias em desenvolvimento recente quanto através do cinema, diversão do mercado de massa por excelência. Contudo, a maioria das diversões populares e comerciais entre as guerras permaneceu em muitos aspectos sob a hegemonia da classe média, ou foi posta sob suas asas. A clássica indústria cinematográfica de Hollywood era, acima de tudo, respeitável; seu ideal social era o da versão americana dos “sólidos valores da família”; sua ideologia, a da retórica patriota. Já os triunfantes musicais da Broadway dos anos entreguerras, e as músicas para dançar eram gêneros burgueses, embora impensável sem a influência do jazz. Era escrito para um público nova-iorquino de classe média, com libretos e letras visivelmente dirigidos a uma platéia adulta, pessoas que se viam como emancipadas, sofisticadas e urbanas. Uma rápida comparação das letras de Cole Porter com as dos Rolling Stones mostrará isso. Como a era de ouro de Hollywood, a era de ouro da Broadway baseava-se numa simbiose de plebeu e respeitável, mas sem ser vulgar.

Ele aborda também outras mudanças da década de 1950 que foram os jovens das classes alta e média, pelo menos no mundo anglo-saxônico, que cada vez mais davam a tônica global ao aceitar a música, as roupas e até a linguagem das classes baixas urbanas. O rock foi o exemplo mais espantoso. Em meados da década de 1950, subitamente irrompeu do gueto de catálogos das gravadoras americanas, dirigidos aos negros pobres dos EUA, para tornar-se o idioma universal dos jovens, notadamente dos jovens brancos. Os jovens operários almofadinhas do passado às vezes tomavam seus estilos da alta moda na amada social alta ou de subculturas de setores da classe média, como a boemia artística; as moças operárias, mais ainda. Agora parecia verificar-se uma curiosa inversão. O mercado de moda para os jovens plebeus estabeleceu sua independência e começou a dar o tom para o mercado dos ricos. À medida que o *blue jeans* avançava, a *haute couture* de Paris recuava, ou antes aceitava a derrota usando seus prestigiosos nomes para vender produtos do mercado de massa diretamente ou sob franquia. O ano de 1965, a propósito, foi o primeiro em que a indústria francesa de roupas femininas produziu mais calças que saias (Veillon, 1992, p.6). Jovens aristocratas começaram a abandonar os sotaques que, na Grã-Bretanha, identificavam infalivelmente os membros de sua classe, e passaram a falar de modo aproximado ao linguajar da classe operária. Rapazes respeitáveis, e cada vez mais moças, começaram a copiar o que antes era uma moda machista estritamente não respeitável entre os operários braçais, soldados e pessoas assim, o uso ocasional de palavrões na conversa. A literatura não ficou atrás: um brilhante crítico teatral levou a palavra *fuck* para o público do rádio. Pela primeira vez, na história do conto de fadas, Cinderela tornou-se a beldade do baile não usando roupas esplêndidas.

Essa guinada para o popular nos gostos dos jovens de classe alta e média do mundo ocidental, que teve até alguns paralelos no Terceiro Mundo, como a defesa do samba pelos intelectuais brasileiros, pode ou não ter tido alguma relação com a corrida dos estudantes da classe média para a política e ideologia revolucionárias poucos anos depois, frisa Hobsbawm. A moda é muitas vezes profética, ninguém sabe como. Foi quase certamente reforçada entre a juventude masculina pelo

aparecimento público, no novo clima de liberalismo, de uma subcultura homossexual com singular importância como determinadora de tendências na moda e nas artes. Contudo, Hobsbawm avalia que talvez baste apenas supor que o estilo informal foi uma forma conveniente de rejeitar os valores das gerações paternas ou, mais precisamente, uma linguagem em que os jovens podiam buscar meios de lidar com um mundo para o qual as regras e valores dos mais velhos não mais pareciam relevantes.

A antinomia essencial da nova cultura jovem surgiu mais claramente nos momentos em que encontrou expressão intelectual, como, por exemplo, nos instantaneamente famosos cartazes dos dias de maio de 1968 em Paris: "É proibido proibir", "Tomo meus desejos por realidade, pois acredito na realidade dos meus desejos", "Quando penso em revolução quero fazer amor". Liberação pessoal e liberação sexual, assim, davam-se as mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção. As drogas, com exceção do álcool e do tabaco, haviam até então se limitado a pequenas subculturas de sociedade altas, baixa e marginal, e não se beneficiavam de legislação permissiva. O uso de drogas era por definição uma atividade proscrita, e o próprio fato de a droga mais popular entre os jovens ocidentais: a maconha, ser provavelmente menos prejudicial que o álcool e o tabaco tornava o fumá-la (tipicamente uma atividade social) não apenas um ato de desafio, mas de superioridade em relação aos que a proibiam.

Em Era dos Extremos, o autor coloca que o recém-ampliado campo de comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, aumentou a experimentação e a frequência de comportamento até então considerado inaceitável ou desviante, e aumentando sua visibilidade. Assim, nos EUA, o surgimento público de uma subcultura homossexual abertamente praticada, mesmo nas duas cidades que determinavam tendências, San Francisco e Nova Iorque, só ocorreu no final dos anos 60, e sua influência como grupo de pressão política só nos 70 (Duberman ET AL., 1989, p. 460). Contudo, o grande significado dessas mudanças foi que, implícita ou explicitamente, os jovens rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam.

Hobsbawm observa que mais significativo ainda é que essa rejeição não se dava em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo liberalismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos, mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Supunha um mundo de individualismo voltado para si mesmo levado aos limites. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam mais eficazes para promover sua venda. Assumia-se tacitamente agora que o mundo consistia em vários bilhões de seres humanos definidos pela busca de desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistas, mas agora permitidos – não porque se houvessem tornado moralmente aceitáveis, mas por causa do ego exacerbado. Até a década de 1990, a liberação quase chegou à legalização das drogas, mas elas continuaram sendo proibidas com variados graus de severidade e um alto grau de ineficiência. A partir da década de 90, desenvolveu-se com rapidez um enorme mercado para a cocaína, basicamente entre as classes médias prósperas da América do Norte e da Europa Ocidental. Isso, paralelo ao crescimento no consumo de heroína nas classes menos abastadas dos Estados Unidos, transformou o crime pela primeira vez num negócio rentável (Arlacchi, 1983, PP.208 2 215).

A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o trunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais, define Hobsbawm. Texturas essas que consistiam não apenas nas relações de fato entre seres humanos e suas formas de organização, mas também nos modelos gerais dessas relações e os padrões esperados de comportamento das pessoas umas com as outras; seus papéis eram prescritos, embora nem sempre escritos. Daí a insegurança muitas vezes traumática quando velhas convenções de comportamento eram derrubadas ou perdiam sua justificação; ou a incompreensão entre os que sentiam essa perda e aqueles que eram jovens demais para ter conhecido qualquer coisa além da sociedade anônima.

As instituições mais severamente solapadas pelo individualismo moral foram a família tradicional e as igrejas organizadas tradicionais no Ocidente, que desabaram de uma forma impressionante no último terço do século XX. As conseqüências materiais do afrouxamento dos laços de família tradicionais foram talvez ainda mais sérias. A família não era apenas o que sempre fora, um mecanismo para reproduzir-se, mas também um mecanismo para a cooperação social. Fora essencial para a manutenção tanto da economia agrária quanto das primeiras economias industriais, locais e globais. Isso se deveu em parte ao fato de não se ter criado nenhuma estrutura comercial capitalista impessoal antes da concentração de capital, e do surgimento da grande empresa começar a gerar a moderna organização corporativa no fim do século XIX, a "mão visível" (Chandler, 1977) que iria suplementar a "mão invisível" do mercado *smithiano*.

Inicialmente, as vantagens da liberação social em massa pareceram enormes a todos, com exceção dos reacionários insensíveis, e seus custos mínimos; tampouco parecia implicar liberalização econômica. A grande maré de prosperidade que cobria as populações das regiões favorecidas do mundo, reforçada pelos sistemas públicos de seguridade social cada vez mais abrangentes e generosos, parecia eliminar os entulhos da desintegração social. Ser pai/mãe solteiro era bancar um custo muito alto, mas nos modernos Estados assistenciais também garantia um mínimo de sustento e abrigo. Aposentadorias, serviço previdenciários cuidavam dos velhos abandonados, dos quais filhos e filhas não podiam ou não se sentiam mais na obrigação de cuidar. Parecia natural tratar do mesmo jeito outras contingências que antes faziam parte da ordem familiar, por exemplo, transferindo o fardo do cuidado dos bebês para creches e jardins de infância públicos, como há muito exigiam os socialistas, preocupados com as necessidades de mães assalariadas como descreve Hobsbawm.

As vantagens materiais da vida num mundo em que a comunidade e a família declinavam eram, e continuam sendo, inegáveis. O que poucos percebiam era o quanto a sociedade industrial moderna, até meados do século XX, dependera de uma simbiose da velha comunidade e velhos valores com a nova sociedade e, portanto, como era provável que fossem dramáticos os efeitos de sua desintegração espetacularmente rápida. Segundo Hobsbawm isso se tornou evidente na era da ideologia neoliberal, quando o macabro termo "subclasse" entrou ou reentrou no vocabulário sociopolítico, por volta de 1980. Eram as pessoas que, em sociedades de mercado desenvolvidas após o fim do pleno emprego, não conseguiam ou não queriam ganhar a vida para si mesmas e suas famílias na economia de mercado (suplantada pelo sistema de seguridade social), que parecia funcionar bem para dois terços da maioria dos habitantes desses países, pelo menos até a década de 1990 (daí a expressão "Sociedade dos Dois Terços", evidenciada nessa década por um preocupado político social-democrata alemão, Peter Glotz). A própria palavra "subclasse", como a velha "submundo", implicava uma exclusão da sociedade "normal". Essencialmente, essas "subclasses" dependiam da habitação e da previdência públicas, mesmo quando

complementavam suas rendas com incursões na economia informal, ou no “crime”, isto é, aqueles setores econômicos não alcançados pelos sistemas fiscais dos governos. Contudo, como eram camadas onde a coesão da família em grande parte se rompera, mesmo suas incursões na economia informal, legal ou ilegal, era marginal e instável. Pois, como provaram o Terceiro Mundo e sua nova emigração em massa para os países do Norte, mesmo a economia não oficial das favelas e dos imigrantes ilegais só funciona bem dentro das redes de parentesco.

Na verdade, muitos de seus jovens, sobretudo os homens, praticamente se consideravam uma sociedade proscrita, ou anti-sociedade. O fenômeno não se restringia às pessoas de determinada cor de pele. Com o declínio e a queda das indústrias que empregavam mão-de-obra no século XIX e início do XX, essas “subclasses” começaram a surgir em vários países. Contudo, nos conjuntos habitacionais construídos por autoridades públicas socialmente responsáveis para todos que não podiam pagar aluguéis de mercado ou comprar casa, mas agora habitados pelas “subclasses”, tampouco havia comunidade, e só pouca mutualidade baseada em parentesco regular. Mesmo a “vizinhança”, última relíquia de comunidade, mal podia sobreviver ao medo universal, em geral de adolescentes descontrolados, e cada vez mais armados, que tocaiavam essas selvas hobbesianas.

O drama das tradições e valores desmoronados não estava tanto nas desvantagens materiais de não ter os serviços sociais e pessoais oferecidos pela família e pela comunidade. Estes poderiam ser substituídos pelos Estados de Bem-estar prósperos, embora não nas partes pobres do mundo, onde a grande maioria da humanidade ainda tinha pouco de que depender fora o parentesco, o apadrinhamento e a ajuda mútua. Estava na desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, e das convenções que controlavam o comportamento humano. Essa perda foi sentida. Refletiu-se no surgimento do que veio a ser chamado (novamente nos EUA, onde o fenômeno se tornou visível a partir do fim da década de 1960) de “política de identidade”, em geral étnica/nacional ou religiosa, e em movimentos militantemente nostálgicos que buscavam recuperar uma hipotética era passada de ordem e segurança sem problemas. Tais movimentos eram mais gritos de socorro que portadores de programas – gritos pedindo um pouco de “comunidade” a que pertencer num mundo sem regras de organização; um pouco de família a que pertencer num mundo de seres socialmente isolados; um pouco de refúgio na selva. Todo observador realista e a maioria dos governos sabiam que não se diminuía nem mesmo se controlava o crime executando-se criminosos ou pela dissuasão de longas sentenças penais, mas todo político conhecia a força enorme e emocionalmente carregada, racional ou não, da exigência em massa dos cidadãos comuns para que se punisse o anti-social. Havia os perigos políticos de desgaste e rompimento das velhas texturas e sistemas de valores sociais. Contudo, à medida que avançava a década de 1980, geralmente sob a bandeira da soberania do puro mercado, tornava-se cada vez mais óbvio que também ele constituía um perigo para a triunfante economia capitalista.

Capítulo III – O jovem e a política

A juventude está em alta e a política, em baixa. A afirmação é do professor de filosofia política da USP, Renato Janine Ribeiro no artigo intitulado "Política e Juventude: o que fica de energia" presente no livro "Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação" de Paulo Vannuchi e Regina Novaes (2004).

No século XV, o pensador inglês John Fortescue derivava a palavra "política" de "poli", vários. O regime político se distinguiria do monárquico porque nele se consulta o povo (isto é, os vários, os muitos). Atualmente costumamos remontar a palavra "política" à *polis*, à cidade-estado grega. Segundo Renato, seja qual for a etimologia, porém, o que caracteriza a política, seu núcleo duro, seu cerne irreduzível, é distinguir-se da força, da imposição de um ou de poucos. Daí que, se o monopólio da violência – segundo Max Weber – caracteriza o poder político, esse último jamais se reduz, porém, ao simples uso da força. Ele requer algum nível de consentimento dos dominados.

Essa ideia perpassa a modernidade. A exemplo dos clássicos modernos, aquele que é considerado o mais autoritário, Thomas Hobbes, cujo *Leviatã* (1651) constitui uma espécie de espantalho para os defensores da liberdade: não há poder, diz ele, sem o consentimento dos dominados. É claro que esse consentimento é mais presumido do que real, que não pode ser retirado e que dos pais prossegue no dos filhos; mas o princípio, que depois dele a política moderna vai desenvolver cada vez mais, é que o poder se vale de alguma força e de muito consentimento, ressalta Ribeiro.

Ele também observa que todas essas conquistas de nosso tempo seriam positivas, fariam da política algo invejável e admirável, agora que ela se casou com a democracia. O problema é que, ao mesmo tempo que a política se concentra na democracia, e aumenta o número de pessoas que desfrutam de liberdades básicas no mundo, *a política perde em prestígio*. A principal razão para isso é que, nos 20 anos desde que começou a atual onda mundial de democratização, os regimes eleitos não conseguiram atender aos reclamos sociais. As ditaduras saíram de cena com as crises econômicas, deixando para governos eleitos a tarefa de resolver a desigualdade social que haviam criado ou agravado. As democracias vieram gerir a crise. Mas a maior parte delas fracassou. O resultado mais visível disso foram as guerras fratricidas na Iugoslávia, na África e em outros lugares. Porém, o efeito maior foi a existência, em especial nos países mais pobres e nas democracias recentes, de regimes democráticos infecundos em termos de promoção social. Os governos eleitos têm sido estéreis em relação ao que deveriam fazer e ao que prometeram. Não é necessariamente culpa deles, já que a conjuntura mundial está bem mais difícil hoje do que 30 anos atrás. Mas isso repercute na imagem popular da política e do político, frequentemente negativa.

No entanto, Renato explica que nem todas as juventudes se distinguiram, historicamente, pela disposição a contestar o mundo em que nasceram. Esse é provavelmente um fenômeno moderno, assim se entendendo o período que vem desde a Revolução Francesa. Em 1815, a restauração das dinastias do Antigo Regime, na França e de modo geral na Europa ex-napoleônica, faz que os governos monárquicos apelem aos mais velhos – Stendhal conta de um corte italiana na qual foram chamados, aos cargos, aqueles que os ocupavam 20 ou 30 anos antes, o que produzia situações cômicas, porque já não tinham força para carregar um castiçal ou fazer as reverências devidas – e desconfiem dos jovens. Estes, por sua vez, se manifestam de várias maneiras. Não calam seu descontentamento. Julien Sorel, personagem também de Stendhal em seu romance *O vermelho e o negro*, é

exemplar dessa condição de rapazes que mal refreiam sua ambição ou, simplesmente, seu desejo de ter um lugar ao sol. Se o absolutismo dos reis só recebeu o nome de “Antigo Regime” por ocasião da Revolução Francesa, a sensação ao longo do século XIX é que cada vez mais há uma oposição entre o novo – que é liberdade, vida, democracia – e o antigo, que é servidão, preconceito, mentira.

Desde então a juventude tem sido um valor importante. No século XVIII a nobreza usava perucas empoadas – isto é, os jovens faziam-se de velhos, portando desde cedo cabelos brancos. A partir da Revolução Francesa, contudo, ser moço passa a ser algo positivo e, mais que isso, prioritário na agenda. São muitos os sinais a esse respeito. Saint-Just, um dos líderes radicais da Revolução de 1789, braço direito de Robespierre, diz num discurso, na fase radical conhecida como o Terror: “A felicidade é uma ideia nova na Europa”. Não por acaso, ele proclama isso ao propor uma lei confiscando a terra dos emigrados (a nobreza que foi lutar contra a França) para distribuí-las pelos patriotas pobres. Antes dele se falava em felicidade, mas esta, conforme mostra Robert Mauzi (1960), consistia basicamente na adaptação da vontade ao que existe; ora, se para ser feliz é preciso que coincidam nossos desejos com a realidade, o que desde 1789 se tentará é não mais desistir dos desejos, mas modificar o mundo. Pouco após 1968, aliás, Anna Freud explicava a impopularidade da psicanálise, que seu pai criara, entre os mais jovens: a psicanálise, dizia ela, quer adaptar as pessoas ao mundo, mas os jovens querem mudá-lo. A mesma questão, assim, é lida por Saint-Just e por Anna Freud, por ocasião de duas importantes revoluções que envolvem os jovens.

Na análise do professor de filosofia política, a partir da metade do século XX os jovens são disputados por duas forças importantes e mais ou menos antagônicas: por um lado, a ideia de revolução, que se coloca à esquerda dos partidos comunistas, tidos por acomodados e conservadores, e por isso mesmo apela aos ícones mais radicais, ainda que do próprio comunismo, como Guevara, Mao Tsé-tung, Ho Chi Minh; por outro, a publicidade, que constitui a juventude como destinatária por excelência dos anúncios e propagandas. Hoje, mesmo matéria publicitária destinada a gente com mais dinheiro, mais estabilizada na vida, procura seduzir o seu público fazendo-o de jovem. Um dos pioneiros no uso da psicologia na publicidade, há cerca de 50 ou 60 anos, recomendava às concessionárias de veículos que colocasse na frente da loja o conversível, embora os campeões de venda fossem carros mais conservadores.

A juventude atualmente constitui um certo ideal social, que talvez jamais termine. A ideia de liberdade pessoal, em nossa sociedade, está cada vez mais marcada por valores que associamos à mocidade. O corpo bem cuidado, a saúde, a liberdade até mesmo de desfazer relacionamentos, a possibilidade de sucessivos recomeços afetivos e profissionais: tudo isso tem a ver com uma conversão do humano em jovem, conclui Ribeiro.

Na leitura do professor da USP, a juventude assim não ficou apenas em seu papel de limiar, nem somente aumentou sua duração: ela passa a ser uma possibilidade que reponta, ao longo da vida. Isso se nota com maior frequência nas relações amorosas, quando se encontra um novo amor, mesmo tardio. O mesmo recomeço pode se dar na vida profissional ou nos valores que conferem sentido à vida. Vivemos hoje a quebra de uma vida linear. Esta tinha infância, juventude, idade adulta, maturidade, velhice. Ora, essas posições deixam de estar equacionadas ao longo de uma sequência sem volta. Continuam tendo sentido, todas elas, mas não mais como datas, e sim como posições, que podemos saltar, repetir ou reciclar.

Esse ideal da juventude como a melhor estação da vida, aquela que devemos antecipar e conservar, a que serve para os mais novos como para os mais velhos, é assim um produto histórico recente, que só fez crescer nos últimos 200 e poucos

anos, uma construção artificial e por isso mesmo algo artificiosa, que cria problemas como os apontamos por Ribeiro neste artigo.

A política é uma área desenergizada em nosso tempo avalia Renato. Há políticos notáveis, mas não são muitos; e a novidade tem vindo, em nosso tempo, mais de fora da área política. O fato de que, 40 anos atrás, as revoluções cubana, chinesa e vietnamita inspirassem a juventude nos países mais desenvolvidos hoje soa quase incompreensível. Seria muito difícil experiências assim ascéticas, no seu *modus operandi*, e de resultado limitado inspirarem a mocidade.

Hoje, de onde vem o sangue novo para a política? Na resposta de Ribeiro vem de fora dela. Vem sobretudo de duas fontes. Uma são os movimentos sociais, aqueles que foram desdenhados pelo *establishment* ao longo do tempo e que em nosso país assumem, desde 20 ou 30 anos, papel cada vez mais importante, que o PT soube organizar e aproveitar. Essa é uma das grandes qualidades desse partido, que o diferencia radicalmente das outras agremiações à esquerda, nenhuma das quais soube fazer isso ou, pelo menos, em tais qualidade e dimensão.

Atualmente, a participação política dos jovens não chama a atenção como no passado. Os adolescentes não se sentem mais obrigados a participar e a exigir compromissos políticos voltados para a defesa dos direitos sociais. Não estão mais compromissados com as soluções para os problemas vividos pela sociedade. Hoje se questiona o escasso engajamento dos jovens nos movimentos políticos e estudantis e o comprometimento das gerações mais jovens com a participação política. Os jovens deixaram de participar, entre outros motivos, porque teriam se tornado alienados e desinteressados dos problemas de natureza político social. Por outro, há uma mudança nos modos de participação dos jovens, que se relaciona com os novos interesses juvenis. Foi-se o tempo em que os estudantes se uniam para manifestações contra atos de governos e suas políticas públicas. O movimento estudantil, que nas décadas de 1960, 1970 e 1980 foi marcante na luta contra o regime militar, atualmente está escasso e sem fortes representantes. A última atitude estudantil que entrou para a história foi em 1992, que culminou com o impeachment do então presidente da República Fernando Collor de Mello.

Porém, o desinteresse dos jovens pela militância partidária surge no século XXI, até então, havia intensa participação dos jovens nos movimentos políticos e estudantis. Em "Cultura de Massas no Século XX" vol.2: Necrose, o sociólogo Edgar Morin (1977) vai dizer que desde o século XIX, o universo estudantil é a sede potencial ou esporádica de oposições, contestações, agitações, e mesmo de manifestações revolucionárias de natureza política. Na França, foram, sobretudo, as explosões revolucionárias de 1830 e 1848, na Europa, as agitações liberais-nacionais-sociais de 1848; na Rússia czarista, na segunda metade do século XIX se desenvolve um movimento revolucionário estudantil que se afirma através de duas orientações: uma populista (em uma cruzada para e pelo povo), a outra terrorista. No século XX, a mensagem dos estudantes de Córdoba (Argentina) aos "homens livres da América Latina" (1918) parece um prelúdio, não apenas ao papel de fermentação e de ação política das universidades da América Latina a partir daquela data, mas também aos movimentos estudantis recentes no mundo. O mundo estudantil é o palco potencial de "revoltas".

Entre os anos de 1955 e 1956 foi o período que se constituiu a nova cultura adolescente-juvenil. Nos Estados Unidos, o início de uma contestação nova da vida cotidiana e da civilização burguesa fará florir, na juventude marginal, a civilização de Greenwich Village e o beatnikismo e, entre os estudantes, fará primeiro de Berkeley, depois de outras universidades, centros existenciais de contra-sociedade. Na Europa Ocidental, a primeira explosão de "rebelião sem causa" com a noite de São Silvestre em Estocolmo, e o primeiro despertar político espanhol, que tem

lugar na universidade. Na U.R.S.S. e nas democracias populares, a "desestalinização" desperta uma oposição estudantil anti-staliniana e provoca a intervenção maciça e ardorosa dos estudantes e do conjunto dos jovens, na Polônia e na Hungria. No primeiro caso, o jornal dos jovens *Po prostu*, e no segundo, o círculo dos jovens Pétofi desempenha um papel capital nos acontecimentos. Na França, a "Conferência nacional estudantil para a solução do problema argelino" marca o início de uma resistência progressiva dos estudantes franceses à guerra da Argélia, ao passo que os estudantes argelinos fornecem numerosos militantes à luta revolucionária nacional.

Estes dinamismos se intensificarão em uma segunda fase eruptiva, por volta de 1963-1965, marcada pela revolução cubana e pela reativação do movimento estudantil nos países da América Latina, que às vezes assume o papel de partido revolucionário para toda a sociedade, pelas lutas estudantis no Oriente Médio, pelas duas explosões de cultura juvenil na Inglaterra (agitações de Brighton) e na França (noite da Nação). Nos Estados Unidos, a revolta de Berkeley efetua a passagem da revolta existencial à revolta contra as estruturas da universidade e à revolta política (1964-1965).

A partir de então, as revoltas estudantis constituem um fenômeno mundial, mas ainda não sincrônico. Todavia, aqui e ali já se manifesta certo número de tendências. Tendências à ruptura entre organizações políticas estudantis revolucionárias e partidos políticos adultos: no Japão, o Zangakuren, fundado em 1948, rompe com o Partido Comunista. Na República Federal da Alemanha, o S.D.S rompe com o Partido Social-Democrata. Na França, a maior parte da União dos Estudantes Comunistas rompe com o Partido em 1965 e funda a Juventude Comunista Revolucionária (que desempenha, com os novos anarquistas, papel central em Maio de 1968).

É em nome de uma ideologia revolucionária proletária que o movimento estudantil se lança ao assalto revolucionário à sociedade. Na França, como em grande parte do mundo, exceto nos países do Leste, a bandeira do marxismo é aquela pela qual o movimento revolucionário estudantil quer mostrar que trabalha no interesse geral, discorre Morin.

O movimento revolucionário estudantil, ao mesmo tempo em que se opõe violentamente à corrente integradora da cultura adolescente, segue um caminho paralelo à corrente desintegradora, e, pela primeira vez e por algumas semanas, em Maio de 1968, viu-se associado a este, depois de ter nascido deste, cinco anos antes, em Berkeley.

Segundo Morin, além disso, há uma origem comum na cultura juvenil e no movimento estudantil: é a emancipação da juventude, a abolição do seu estatuto menor, qualquer coisa análoga, no plano da idade, à democratização de 89 ou à descolonização. Mas esta igualdade não significa a fusão no seio da classe adulta. A igualdade significa o reconhecimento de uma personalidade autônoma, diferente, que tem outra vida e vive de outros valores. Os *beatniks* e, sobretudo, os *hippies* foram os apóstolos de fato da coexistência pacífica entre duas sociedades, radicalmente diferentes, no seio da sociedade.

Na opinião de Renato Janine Ribeiro, quando se fala em jovens de 1968 ou de 1984, a primeira imagem que vem à memória é das passeatas na rua. A maior parte dos jovens podia ter outros sonhos, mas a imagem é essa – que não é a que se tem dos jovens atuais, quando a ênfase parece estar em outras relações, mais grupais, menos totalizáveis, de vínculos que vão e vêm, de experiências. Essa ênfase no experimental, essa saída de cena da totalização, que foi um ponto essencial do pensamento revolucionário de esquerda. O pensamento totalitário

causou um enorme mal ao século XX. Por isso, não é nada mau que hoje ele esteja em decadência, ou seja, não só que seja contestado teórica e politicamente, mas também que tenha saído do horizonte central da juventude. Contudo, a ênfase só no grupo, e por vezes no grupo efêmero, pode tornar pobre o horizonte da vida.

Qual é o *day after* que almejamos, pergunta o professor de filosofia política Renato Janine Ribeiro? Como fazer que de tanta energia provenha algo que seja bom para a pessoa e para a sociedade? Como pôr termo ao desperdício, tanto o que alicia o jovem como massa de manobra quanto o que leva o rapaz ou moça a apenas gastar sua força? As academias de ginástica são um bom exemplo disso: elas existem, entre outras razões, porque não despendemos energia física em nossos afazeres produtivos. A produção se desfisicalizou. Então, justamente porque nosso trabalho propriamente dito utiliza pouco da nossa energia física, precisamos fazer nosso *workout*, nosso trabalho, como se diz, na academia, com máquinas que nos fazem bem, com exercícios idem, mas que não produzem nada fora de nós. Esse é um certo desperdício, e não é por um acaso que várias pessoas se perguntem: não daria para ligar na esteira ou na bicicleta uma bateria, e fazer que da energia que gastemos algo seja produzido? Como fazer para que tanta energia juvenil gere resultados que não se apaguem, simplesmente, com o tempo, com a passagem à idade adulta, mas que perdurem? finaliza Ribeiro.

Capítulo IV – O jovem e as drogas

Os movimentos sociais, políticos e artísticos das décadas de 1970 e 1980 foram regados a caipirinha e chope e envolvidos numa grande nuvem de fumaça, quase sempre de cigarros sem filtro.

Em tempos de pouquíssimo espaço para escolhas, optar por ser fumante, beber e eventualmente fumar um baseado constituíam umas das poucas práticas disponíveis de afirmação de nossas individualidades. Questionar essas práticas, em nome da saúde e do bem-estar, era iniciativa inútil, encarada como intrusiva, moralista, inadequada como aborda a cientista social Beatriz Carlini-Marlatt no artigo "Jovens e Drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem" reunido em "Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma Pesquisa Nacional", de Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (2005).

Segundo Beatriz, nesse intervalo de tempo que separam os anos de 1970 da atualidade, os "hábitos individuais" viraram *big business*, os espaços de escolhas, espaços de marketing (JERNIGAN, 1997; ADVOCACY INSTITUTE, 1998). Ditado pela globalização da economia e alimentando-se da omissão e condescendência, a produção legal de álcool e tabaco, e ilegal, de cocaína e maconha, foram assimiladas pelas grandes corporações transnacionais. A sofisticação das estratégias de produção e distribuição, visando garantir consumidores fiéis desde a pré-adolescência, tem sido documentada tanto no Brasil como no exterior (CAMPAIGN FOR TOBACCO-FREE KIDS AND ACTION ON SMOKING AND HEALTH, 2001; CARLINI-MARLATT, 2001).

Bebidas alcoólicas: uma mercadoria como outra qualquer; uma mercadoria muito diferente

Na leitura da cientista social, substâncias que alteram o humor e a percepção da realidade acompanham a humanidade desde os primórdios da civilização e têm sido produzidas, distribuídas e negociadas como quase todos os outros bens presentes nas mesmas. Não é de estranhar que atualmente a produção de bebidas alcoólicas obedeça à lógica do capitalismo globalizado em tempos de política neoliberal: é dominado por gigantescas corporações que insistem no "direito" de comercializar seus produtos sem respeitar fronteiras nacionais e políticas fiscais, sociais ou de saúde, e ainda se utilizam amplamente de estratégias de marketing para posicionar seus produtos.

O alvo principal (mas não exclusivo) das grandes indústrias de álcool é a população jovem. As razões dessa escolha não são mais perversas que a lógica já perversa do mercado livre: concentra-se maior energia na população que mais tem potencial de aumentar o consumo e é sensível a mensagens que associem o uso desses produtos a uma identidade geracional (CARLINI-MARLATT, 2001; PINSKY, 2004). Em seu artigo, Carlini-Marlatt diz que as estratégias de marketing das bebidas alcoólicas infelizmente abordam a juventude brasileira com competência e eficácia invejáveis (JERNIGAN, 1997; PINSKY, 2004); reconhecem que não há uma juventude homogênea, mas juventudes, e que seus segmentos necessitam de mensagens diferenciadas (segmentação do mercado); entendem a importância de oferecer produtos jovens como imagens diferentes; reconhecem, nas suas campanhas de marketing, a necessidade de os jovens de serem levados a sério (mas como humor e irreverência) e exploram conflitos geracionais sob a ótica dos mais jovens. Há marcas de bebidas associadas ao jovem trabalhador, ao jovem universitário de elite, ao público feminino, ao jovem irreverente e inconformista, ao jovem sexualmente agressivo, ao jovem sexualmente confuso.

O profissionalismo com que o marketing de bebidas alcoólicas tem posicionado seu produto na sociedade é maximizado pela política brasileira em relação a bebidas alcoólicas: basicamente nenhuma (CARLINI-COTRIM, 1999; ROOM ET alii, 2002). Não é oferecido proteção à agressividade quase indecorosa dessas indústrias à população, além de uma tímida legislação controlando propagandas (que não atinge cervejas e chope, bebidas de maior identidade jovem e uma lei que proíbe a venda de bebidas para menores de 18 anos (raramente cumprida ou fiscalizada). Ela também observa que entregamos às leis do mercado a regulamentação do preço, da distribuição e da produção de bebidas alcoólicas no país, para o total deleite das corporações transnacionais que controlam o mercado (mesmo que espertamente travestidas de marcas nacionais).

Conseqüentemente, os resultados dessa combinação de agressividade das indústrias e omissão governamental são previsíveis: o consumo *per capita* de álcool cresceu 154,8% entre 1961 e 2000, situando o Brasil entre os 25 países do mundo que mais aumentaram o consumo de bebidas durante esse período (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002a). Esse argumento desconsidera, no entanto, que o consumo intenso de álcool no contexto social de nosso país (falta de empregos, poucas oportunidades de lazer, disponibilidade alta de armas de fogo, sistema educacional injusto e excludente) gera problemas sociais e de saúde em frequência desproporcionalmente alta (ROOM ET alii, 2002).

No Brasil, o consumo de bebidas alcoólicas é o principal fator de risco para morte, doenças e deficiências físicas (calculados pelo Índice DALY, ou Disability Adjusted of Life Years Lost, da Organização Mundial de Saúde - OMS), em decorrência dos acidentes e da violência que ocorrem quando as pessoas estão sob efeito de álcool. Para surpresa de muitos, esses problemas não são devidos principalmente aos dependentes de álcool, mas pela grande fatia de jovens e adultos jovens que, sob efeito de álcool, expõem-se a uma variada gama de situações arriscadas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002b).

As conseqüências do uso de álcool pelos jovens, quando comparadas com a "inocuidade" de vestir o jeans ou o calçado do momento, clamam por uma política menos liberal em relação às bebidas, alerta Beatriz.

Tabaco: política pública e pressão econômica

O cigarro e as armas de fogo são as duas únicas mercadorias produzidas legalmente que, se forem usadas conforme os seus fabricantes recomendam, matam.

No Brasil, 90% dos fumantes adultos começaram a fumar na adolescência (INCA – Instituto Nacional de Câncer). E, de cada três adultos vivos que começaram a fumar durante a adolescência ou a juventude e não pararam até hoje, um irá morrer precocemente por doenças causadas pelo cigarro (CDC, 1996). Enquanto isso, outros dois adultos irão onerar o sistema de saúde com muito mais intercorrências médicas que os não-fumantes da mesma idade, conforme pesquisa da cientista.

A indústria do tabaco, que movimenta no mundo bilhões de dólares por ano, trabalha diligentemente para camuflar as conseqüências do uso de seu produto e promove o hábito de fumar como um exercício de autonomia. Concentra seus esforços de marketing principalmente para angariar a população jovem (BIENER E SIEGEL, 2000), devido à altíssima mortalidade precoce de seus consumidores adultos (essa estratégia foi chamada pela própria indústria de tabaco de política de "replacement", ou reposição) (LING E GLANTZ, 2002).

Felizmente, e em contraste com o álcool, a distribuição e o marketing de cigarros no Brasil são regulamentados por uma das políticas mais ousadas do mundo contemporâneo, só comprada à do Canadá em termos de proteção da sociedade à agressividade da indústria produtora. No Brasil, a propaganda de cigarros é proibida em todos os veículos de comunicação, as companhias de cigarro não podem patrocinar eventos culturais ou esportivos, os lugares onde fumar é permitido são regulamentados por lei, o Ministério da Saúde exige fotos coloridas que ocupem todo o verso do maço de cigarros ilustrando as consequências do tabagismo, além de uma frase de advertência. Ainda, os impostos sobre os cigarros no Brasil contribuem para que o preço seja mais elevado do que as leis naturais de mercado determinariam, na tentativa de desencorajar o consumo.

Na opinião de Carlini-Marlatt, esses esforços parecem estar surtindo efeito. O relatório do Nations (NATIONAL TOBACCO INFORMATION ONLINE SYSTEM, 2002) apurou um consumo de 714 cigarros per capita no Brasil, em 1998, em contraste com 1.748 no reino Unido, 2.255 nos Estados Unidos, 784 no México e 1.527 na Argentina. O Nations documenta ainda que o uso de cigarros diminuiu 43% entre 1970 e 1998 no Brasil.

Desde os fins dos anos 1990, uma forma de burlar os impostos sobre cigarros vem crescendo no Brasil: são exportadas quantidades cada vez maiores de cigarros ao Paraguai, que são por sua vez contrabandeados de volta ao Brasil e vendidos ilegalmente como forma de evitar os impostos sobre o produto. A estimativa feita por artigo publicado na prestigiosa revista científica *Tobacco Control* (SHAFEY et alii, 2002) é de que 40% dos cigarros consumidos no Brasil são oriundos da conexão Brasil-Paraguai-Brasil, porcentagem muito próxima de 43%, que indicaria a taxa de queda no consumo *per capita*, documentada oficialmente.

Deve-se enfatizar, no entanto, que todas essas tentativas de sabotar a política brasileira antitabagismo não são argumento para desistir da regulamentação do produto: a manutenção das taxas de consumo não é um resultado nada desanimador, principalmente se comparado com o obscuro aumento de vendas das bebidas alcoólicas no país, analisa Beatriz.

Drogas ilícitas: problema de importância ou de importação?

O quadro de consumo de drogas ilícitas no Brasil, quando comparado com o cenário internacional, é discreto, embora venha aumentando marcadamente nos últimos anos. A questão do uso de drogas ilícitas pelos jovens brasileiros é de relevância questionável. Elas ocupam, no entanto, um lugar de destaque no imaginário de nossa população, provocando ondas de pânico em grande parte alimentadas (e algumas vezes produzidas) pela mídia.

A cientista nos mostra que as drogas ilícitas são muito mais uma das várias peças de acusação das gerações mais velhas em relação a alguns estilos de vida adotados pelos jovens (VELHO, 2004) do que um problema de saúde coletiva que mereça atenção prioritária em políticas sociais. Com exceção do papel das drogas injetáveis na disseminação do vírus da AIDS, para o que o Brasil já exibe uma das políticas públicas mais arrojadas do mundo, o tema é de significação duvidosa.

O mesmo não é verdade para outra faceta dessa questão: a produção e o tráfico de drogas. Oferecendo identidade, respeitabilidade, rendimento financeiro e "plano de carreira" para grande parcela da juventude socialmente excluída, o comércio de drogas arregimenta sem dificuldade enorme contingente de adolescentes. Considerando-se que o Brasil é país de ponta na manutenção do tráfico

internacional e que o mercado interno de drogas é pequeno, mas em expansão, trabalho não falta.

No entanto, Beatriz explica que enquanto o país não oferecer políticas educacionais e de opção no mercado de trabalho que consigam competir minimamente com os apelos da profissão de traficante de drogas, há poucas chances de se conseguir mudanças nesse quadro.

Perfil da juventude brasileira: dados sobre drogas

Durante os meses de novembro e dezembro de 2003, a cientista social Beatriz Carlini-Marlatt coordenou uma amostra probabilística com 3.501 jovens entre 15 e 24 anos, residentes em 198 municípios brasileiros entrevistados em seus domicílios. Responderam a um questionário de 158 perguntas sobre suas crenças, valores, experiências a entrevistadores especialmente treinados para abordar jovens. Várias dessas questões eram relativas a drogas, incluindo álcool e tabaco.

Os dados colhidos indicam que as drogas ilícitas são de fácil acesso: a grande maioria dos jovens (72%) relatou que já conheceu alguém que usava maconha e um terço deles relatou o mesmo em relação à cocaína (32%). Interessante notar, no entanto, que relativamente poucos usaram essa proximidade para conseguir essas substâncias para uso próprio, 13,9% e 9,4%, respectivamente, em relação ao uso. Ainda, os jovens mais novos (15 a 17 anos), em geral concebidos como os mais ingênuos, foram os que mais rejeitaram essa oportunidade.

Essas constatações desafiam a idéia de que os jovens são “presa fácil” ao apelo das drogas ilícitas e tendem a ser acrílicos diante da oportunidade de usarem substâncias proscritas. Os dados colhidos sugerem uma juventude avessa à experimentação da maconha e cocaína, relatada por 10% e 3% dos entrevistados, respectivamente.

As informações obtidas sobre o consumo de álcool e tabaco não permitem uma comparação direta com as relativas ao consumo das drogas ilícitas, mas sugerem contrastes importantes. Assumindo-se a hipótese bastante razoável de que todos os jovens entrevistados (100%) já conheceram alguém que toma bebidas alcoólicas e alguém que fuma cigarros, a proporção “conhece/já usou” é muito maior para essas substâncias do que para maconha e cocaína: 68% (álcool) e 26% (cigarros). Ainda, metade dos que relataram já terem experimentado cigarros admite continuar fumando 13% (quadro 106) e 52% adquiriram o hábito de beber (quadro 109), embora a quantidade e a frequência desse hábito – informação central para saber do real risco de tal comportamento – não sejam conhecidas.

Outro aspecto a ser conhecido, timidamente discutido por alguns estudos antropológicos e para o qual são ausentes estudos na área de saúde, diz respeito ao apelo que as drogas ilícitas podem exercer justamente nas porções mais questionadoras e rebeldes da juventude, ou seja, aqueles setores com maior potencial de ações transformadoras e pensamento crítico.

É possível que, na construção de uma identidade transgressora, as drogas ilícitas sejam mercadorias de grande apelo, por serem comercializadas à margem da estrutura formal de consumo. Nesse caso, a minoria jovem com maior potencial de transformação seria também a que tenderia a se expor a maior risco, uma vez que os dados epidemiológicos disponíveis são muito claros em documentar que as drogas ilícitas não são usadas para substituir as permitidas por lei, mas adicionadas ao repertório de consumo, conclui Carlini-Marlatt.

Capítulo V – O jovem e a violência

A transposição da violência, dos “muros” periféricos aos bairros de classes média e alta, fez com que a mídia, a sociedade e os órgãos públicos passassem a enxergá-la com maior grau de preocupação. É do final dos anos 80 em diante que, ao se refletir sobre a violência urbana, se esbarra na temática da juventude. Essa vinculação, violência-juventude, assume um caráter urbano de expressões irradiadas dos grandes centros para as cidades de médio e pequeno porte, em escala mundial.

A juventude traduz-se em “problema” quando se fala do agressor ou da vítima nos casos em que as violências se explicitam no urbano. Aos olhos do senso comum e das instituições de formação e de opinião pública, o “ser jovem” está intimamente atrelado às expressões de violência que assombram o cotidiano urbano. Morte, sangue, arma, droga, álcool, brigas, vandalismos, sensação de superioridade sobre o outro, risco, excesso, irresponsabilidade, indisciplina, mas também energia, vitalidade, possibilidade, expectativa, sonho, visibilidade, solidariedade, sociabilidades, compõem o universo e a singularidade de muitos agrupamentos de jovens.

Segundo análise do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz (2004) em “Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania”, não há políticas públicas à juventude. Inclusive, até a década de 90, as ações governamentais não consideravam a juventude sequer como segmento específico. Há, sim, um conjunto de ações isoladas, no âmbito do Estado e da sociedade civil, de caráter didático-pedagógico e educacional. Do ponto de vista do conjunto dessas ações, a juventude, quando considerada um “problema social”, traduz-se em minimizar seus movimentos e, ao se tratar da ação repressiva, em disciplinar, pela força e, exemplarmente, por suas ações.

Os dados da pesquisa são consistentes para a apreensão do movimento de juventude e da dimensão da violência. Os números exprimem uma realidade. Em 2002, 48.983 jovens foram vitimados no país, num total de 54,5 mortos por 100 mil habitantes. Em uma década (1993 a 2002), assistiu-se ao aumento de 88,6% de jovens mortos. Em 2002, 39,9% das mortes de jovens se deram por homicídio, 15,6% por acidente de trânsito e 3,4% por prática de suicídio. Juntos, homicídio, trânsito e suicídio totalizam 59% das mortes dos jovens brasileiros. Em 2002, 31,2% das mortes de jovens foram causadas por arma de fogo. Nos finais de semana, os homicídios aumentam 2/3, em relação aos dias da semana.

Não há como isolar a juventude da violência; a não ser que se resgatem aos jovens as expectativas de futuro (nos termos da sociedade de consumo), que se diminuam as distâncias socioeconômicas e culturais e que se reconstitua uma formação mais política dos grupos e sujeitos sociais com indicativos para minimizar os efeitos da individualização.

A crescente violência entre jovens é um fenômeno tipicamente contemporâneo. Nos anos 50, havia a juventude revoltada e delinqüente; na década de 60 e 70, a juventude militante e revolucionária; nos anos de 80 e 90, a juventude, cética e passiva e na atualidade, a juventude violenta. Vivendo uma adolescência prolongada, sem reconhecimento da sociedade organizada em função de sua não inserção no mercado de trabalho, os jovens se entregam a várias formas de comportamento violento: provocam acidentes de carros ao dirigir em alta velocidade, aderem ao submundo das drogas, tornam-se membros de gangues, provocam brigas em boates como mostram, a seguir, as reportagens publicadas nos meios de comunicação.

Pataxó foi queimado por cinco jovens

No dia 20 de abril de 1997, o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, teve 95% do corpo queimado, enquanto dormia em um banco da mesma praça. Ele não sobreviveu às queimaduras.

Galdino estava em Brasília para a comemoração do Dia do Índio, mas naquela noite perdeu-se e acabou dormindo na rua. Os autores do crime foram cinco jovens de classe média, um deles menor.

Em 2001, quatro dos cinco jovens foram condenados a 14 anos de prisão, por homicídio qualificado. O adolescente sofreu as sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Praça do Compromisso, ou Praça do Índio, recebeu esse nome em homenagem a Galdino. No local foi colocada uma escultura em sua homenagem.

Condenação de Suzane foi resposta à sociedade, diz jurada

Editoria de Cotidiano da **Folha Online**

A condenação de Suzane von Richthofen, 22, e dos irmãos Daniel, 25, e Cristian Cravinhos, 30, acusados de planejar e matar os pais dela, em 2002, em São Paulo, foi uma resposta à sociedade, de acordo com a aposentada Iolanda de Oliveira Toledo, 57, uma das sete pessoas que compuseram o júri.

Justiça decide libertar ex-seminarista Gil Rugai

10 de fevereiro de 2009

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu libertar o ex-seminarista Gil Rugai, preso desde 2004 sob a acusação de assassinar o pai e a madrasta. A decisão foi anunciada na segunda-feira pelo ministro do STJ Arnaldo Esteves Lima e divulgada nesta terça-feira. Rugai está preso na cidade de Tremembé, no interior paulista. O alvará de soltura ainda não chegou à penitenciária.

Ele já havia sido libertado em 2006 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), mas voltou a ser preso dois anos depois por ter se mudado de cidade sem informar à Justiça. Rugai deverá ir a júri popular pelos crimes.



O Dia - © Copyright Editora O Dia S.A. - Para reprodução deste conteúdo, contate a Agência O Dia.

Assaltante Pedro Dom é morto por policiais no RJ

15 de setembro de 2005 • 05h13 • atualizado às 05h40

Redação Terra

O assaltante de residências foi morto em ação da polícia, dia 15 de setembro do ano passado, na zona sul do Rio. Pedro Dom era apontado como um dos maiores assaltantes de residências do Rio. Jovem de classe média e filho de policial civil, o bandido especializou-se em roubar residências de luxo, na Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Leblon, Ipanema e na Ilha do Governador.

Sua ficha criminal incluía fraude processual, roubo de veículos, corrupção de menores, formação de quadrilha. Em suas investidas, costumava usar granadas para ameaçar moradores e ficou conhecido também como homem-bomba. O bandido e seus comparsas atuavam usando roupas de grife, de ternos e sapatos de marca, tudo provenientes dos roubos que praticavam.

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

01/12/2006 - 00h00

No Rio, 17 são presos acusados de tráfico

TALITA FIGUEIREDO

da **Folha de S.Paulo**, no Rio

Um veterinário e estudantes estão entre os 17 presos ontem sob acusação de vender drogas sintéticas no Rio. A ação, da Polícia Civil, acontece um dia após 12 pessoas de classe média alta terem sido detidas pela Polícia Federal. Elas são apontadas como integrantes da maior quadrilha no Rio de venda de ecstasy e LSD.

Os 17 presos ontem, segundo policiais, atuavam na venda de ecstasy, "special K" (droga fabricada a partir de anestésico de uso veterinário) e GHB (conhecido como ecstasy líquido).

Pais do caso da doméstica dizem que violência mudou suas vidas

O pedreiro Renato não recebeu pedido de desculpas da família dos agressores. Já Sérgio, pai de Leonardo, acredita que o filho aprendeu a lição.

site G1, no Rio

Cinco dias depois de saber que sua [filha foi espancada e roubada por um grupo de jovens de classe alta na Barra da Tijuca](#), Zona Oeste do Rio, o pedreiro Renato Moreira Carvalho, de 54 anos, conta que estava acostumado a ver a violência nas reportagens e lamentou: “Dessa vez, sentimos na pele o que é passar por isso.”

Já o pai de Leonardo, um dos acusados de agredir Sirley, disse que tem se perguntando se fez tudo o que deveria fazer para não ver o filho na situação em que ele está. "A gente sempre acha que poderia ter feito mais quando está numa situação dessas", diz Sérgio Andrade. Ele e as três filhas estão torcendo para Leonardo sair bem da grande enrascada em que se envolveu.



28/06/2007 - 18h47m

PROSTITUTA DIZ TER SIDO VÍTIMA DE AGRESSORES DE DOMÉSTICA

A polícia localizou uma prostituta que também acusa de agressão os rapazes presos pelo espancamento da doméstica Sirley Dias, de 32 anos, na madrugada de sábado passado. A moça, identificada como Ângela, já prestou depoimento e contou que foi atacada no mesmo dia, num ponto de ônibus anterior ao que Sirley estava. O grupo de jovens de classe média também é acusado de agredir um rapaz num posto de gasolina.

01/07/2007 às 19:42:10 - Atualizado em 19/07/2008 às 16:31:53

Fonte: Extra

Jovens de classe média agridem salva-vidas que esperava ônibus no Rio

Rio de Janeiro - Uma semana após o episódio de agressão física à empregada doméstica Sirley Dias de Carvalho Pinto, de 32 anos, outro grupo de jovens de classe média atacou um salva-vidas depois de deixarem boate na zona sul do Rio de Janeiro.

Segundo a polícia, quatro jovens foram presos na madrugada deste domingo (1º), acusados de causar dano ao patrimônio público e lesão corporal. Eles saíram de uma boate em Copacabana e quebraram diversas lixeiras pelas ruas.

Jovens de classe média alta usavam internet para tráfico de drogas

MPF investigou duas quadrilhas que atuavam no Brasil e no exterior. Duas operações em 8 estados e no DF prenderam 54 pessoas

11/02/09 - 10h32 - Atualizado em 11/02/09 - 11h12

Site G1, no Rio

Jovens de classe média alta estão entre os principais alvos da Operação Trilha da [Polícia Federal](#) na manhã desta quarta-feira (11). O Rio de Janeiro é o local com maior número de mandados de prisão para duas quadrilhas diferentes, mas com um elemento em comum: o uso da internet para se comunicar e tentar burlar eventuais escutas telefônicas da Justiça. Além dessa ação, uma outra operação, chamada de Nocaute, também tenta prender suspeitos de tráfico internacional e interestadual de drogas. Elas acontecem em vários pontos do Rio, e nos estados de Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, e também no Distrito Federal. Ao todo, 54 pessoas já foram presas nas duas ações.



[IMPRUDÊNCIA](#)

Deputado do Paraná com CNH cassada se envolve em acidente com morte dois jovens

Plantão | Publicada em 12/05/2009 às 13h41m

Gazeta do Povo, Jornal Hoje

CURITIBA - Único sobrevivente de um acidente que matou dois jovens na madrugada de quinta-feira passada, o deputado estadual do Paraná, Fernando Ribas Carli Filho (PSB), de 26 anos, foi multado 30 vezes nos últimos seis anos e acumula 130 pontos na carteira de motorista. Do total, 23 foram por excesso de velocidade - seis delas a menos de dois quilômetros do local da batida. Como o parlamentar não recorreu de sete infrações, ele teve a habilitação cassada e não poderia dirigir desde julho do ano passado.

Leia também: [Radares ajudarão a determinar se deputado estava a 190km/h na hora do acidente](#)

O parlamentar está internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Ele está consciente e respira sem aparelhos. Boletim do hospital informa que o parlamentar está fazendo exames clínicos e neurológicos para determinar seu estado de saúde. Ainda não há previsão de alta. O advogado Elias Mattar Assad, que representa a família de Gilmar Rafael Souza Yared, uma das vítimas, disse que o carro do deputado 'decolou' no acidente tamanha era a velocidade. Segundo o advogado, inúmeras pessoas teriam se colocado à disposição da família das vítimas para testemunhar sobre a alta velocidade, garantiu Assad.

Publicada em 22/04/2008 às 19:39

Três jovens de classe média são presos após roubar apartamento no Recreio

Sérgio Meirelles - Extra, CBN e Bom Dia Rio

RIO - Os três jovens de classe média presos depois de roubar um apartamento no Recreio dos Bandeirantes, na noite desta segunda-feira, alegaram, em sua defesa, que foram para o Recreio sem a intenção de roubar. Eles teriam resolvido cometer o furto após ver a porta de entrada do prédio aberta.

- Quando eu os interroguei, eles disseram que não foram para o Recreio com a intenção de realizar o furto, mas estavam nas proximidades e surgiu uma oportunidade depois que um morador e saiu e deixou a porta aberta - disse o delegado Júlio da Silva Filho.

Felipe Duarte Lopes de Melo Gama, de 20 anos, Luciano da Motta Branco, de 24, e Érick Milton Cunha Ruiz, de 24, amigos de infância e moradores do Bairro Peixoto, em Copacabana, na Zona Sul do Rio, foram detidos por policiais depois de uma perseguição que só terminou em São Conrado, na saída do Túnel do Joá ([relembre outros crimes cometidos por jovens de classe média no Rio](#)).

[PARA COMBATER AS DROGAS](#)

PUC-RJ: Quem for flagrado fumando maconha dentro do campus e não for aluno poderá ser denunciado à polícia

Publicada em 09/07/2009 às 23h48m

Lauro Neto e Ronaldo Braga

RIO - Após anunciar que irá fotografar quem for pego fumando maconha dentro da PUC-Rio, o vice-reitor comunitário da universidade, Augusto Sampaio, disse ontem que, se os usuários não forem alunos, terão a entrada proibida no campus e poderão ser denunciados à polícia. A medida é mais um passo da nova política de combate ao uso de drogas na universidade, revelada pela revista Megazine, do GLOBO, na última terça-feira. Sampaio se inspirou no exemplo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que há três meses tem adotado estratégias polêmicas, como a criação de uma lista de usuários contumazes, para reprimir a maconha em seus campi. O vice-reitor comunitário da PUC-Rio disse querer evitar que pessoas estranhas usem o campus, na Gávea, para fumar maconha. Segundo ele, os alunos apanhados receberão orientação e, em caso de reincidência, sofrerão punições. [Eles também serão fotografados.](#)

[IPANEMA](#)

Rapaz de 18 anos morre ao ser baleado em saída de boate na Zona Sul do Rio. PM confessa disparo

Publicada em 28/06/2008 às 20h23m

RIO - Uma briga na porta da boate Baronetti, em Ipanema, na madrugada deste sábado, terminou com a morte do estudante Daniel Duque, de 18 anos. Segundo a polícia, ele e mais dois amigos se envolveram em uma briga com outro grupo, após saírem da casa noturna. O soldado da Polícia Militar (PM) Marcos Parreira do Carmo, cedido ao Ministério Público para fazer a segurança da família de uma promotora, foi preso em flagrante e confessou o crime.

Abril.com

/ notícias / brasil

26/07/2010 - 19:35

Defesa de Bussamra diz que PMs impediram registro de atropelamento

"Se vocês forem para a delegacia vão me queimar e isto não vai ficar barato, porque eu tenho o nome e o endereço de vocês", teria dito um dos policiais a Roberto Bussamra

O advogado Spencer Levy, que defende Rafael Bussamra, 25 anos, acusou nesta segunda-feira (26) os policiais militares de impedir que o atropelador registrasse a ocorrência do **acidente** que matou o estudante Rafael Mascarenhas, 18, filho da atriz Cissa Guimarães e do saxofonista Raul Mascarenhas. O incidente aconteceu na madrugada de terça (20) no Túnel Zuzu Angel, na Gávea, na zona sul do **Rio de Janeiro**. Bussamra prestou novo depoimento nesta segunda sobre a suposta extorsão na 15ª Delegacia de **Polícia** da Gávea.

Nesta segunda, a Corregedoria Interna da **Polícia** Militar (PM) pediu a prisão preventiva do cabo Marcelo Bigon e do sargento Marcelo Leal à Delegacia de **Polícia** Judiciária Militar. No sábado (24), o Tribunal de **Justiça** do Rio negou o pedido de prisão feito pela **Polícia** Judiciária Militar. Eles estão presos administrativamente no 23º Batalhão do Leblon.

A defesa do atropelador afirma que ele e o pai, o empresário Roberto Bussamra, foram coagidos pelos policiais a não registrar a ocorrência em troca de R\$ 10 mil. "Eles (os PMs) não se preocuparam com o estado de **saúde** da vítima. Meu cliente foi retirado do local do **acidente** e acompanhado para um local onde foi feita a exigência (da propina). Para o meu cliente era muito tranquilo vir até a delegacia, porque o quadro era de lesão corporal culposa", disse o advogado.

Diante disso, a sociedade brasileira tem encontrado apenas duas formas de lidar com a violência: pelo assistencialismo e pela repressão, afirma o pesquisador e psicanalista Joel Birman. Um comportamento que até um tempo atrás era cativo das camadas populares, hoje se dissemina igualmente nas classes médias. Todavia, causa certo torpor quando o ator social que gera a violência é oriundo das classes mais abastadas. Frente ao exposto, buscaremos entender a violência contemporânea, a partir do significado que os jovens de classe média autores de ato infracional imprimem a violência.

O crescimento da violência e a ampliação de sua visibilidade no interior da sociedade contemporânea de forma a transformá-la em fenômeno social tido como ameaçador e alvo pungente das inquietações da opinião pública, das instituições e do meio acadêmico, obriga a realização de novas incursões analíticas aptas a fornecerem maior inteligibilidade e abrangência interpretativa do problema que se revela complexo e multifacetário.

Em sua reflexão o sociólogo Michel Wieviorka (1997) em "O Novo Paradigma da Violência" levanta a hipótese de que seria justamente a tendência a dissociar os vários raciocínios em torno da compreensão da violência uma das fontes da violência contemporânea. A fim de fundamentar a idéia propugnada de que as transformações contemporâneas justificam a construção de um novo paradigma da violência, Wieviorka retoma a análise da violência a partir de três níveis – sistema internacional; Estados e sociedades – acrescentando um quarto nível na produção da violência contemporânea: o individualismo. A contribuição para o desvendamento do fenômeno se daria não apenas na medida da consideração das mudanças ocorridas no interior de cada nível, mas principalmente na consideração das repercussões dessas transformações, de forma articulada e correspondente, entre os quatro níveis de análise propostos.

Partindo do sistema internacional a mudança fundamental decorre do esvaziamento da bipolaridade leste/oeste, a partir da derrocada do sistema soviético. Outra mudança que afeta esse nível analítico refere-se à globalização do capitalismo que vinha sendo gestada desde o término da segunda guerra mundial no âmbito de uma revolução burguesa mundial. Pautada em uma retórica ilusionista em prol de uma mundialização econômica salvadora e inevitável, a idéia da globalização consolidou-se em torno de um conjunto de mudanças relativas à diminuição do papel do Estado; privatizações; desregulamentações e liberalização dos mercados com vistas à interdependência e complementaridade entre as nações, mas que se revelou uma falácia na medida em que reforçou a dependência dos países periféricos em relação aos países capitalistas centrais, no interior de uma disputa desigual, conduzida por grandes conglomerados transnacionais, auxiliados pelo capital financeiro internacional.

Sob a égide do globalismo inscrevem-se as novas formas de organização social e técnica do trabalho e da produção que, buscando a potencialização da força produtiva do trabalho, envolvem a consolidação de um padrão de industrialização flexível, de precarização do trabalho e de terceirização.

À luz das teorias do sociólogo Robert Castel (2005) em "A Insegurança Social. O que é ser Protegido?" podemos entender como a flexibilização traduz as novas estratégias de super exploração da eficácia produtiva e de minimização do preço da força-de-trabalho pela via de contratações de uma parte das tarefas à margem da grande empresa, submetidas a cláusulas desvantajosas, discriminatórias e desagregadoras dos trabalhadores, vez que desligados das regulações coletivas de proteção e de direito ao trabalho, descoletivizam-se e perdem a força política de classe. Contudo, são ainda mais graves os efeitos da precarização na medida em que mantém o fantasma do desemprego permanentemente rondando o mundo do

trabalho, submetendo as pessoas a uma condição de vulnerabilidade e de impossibilidade de controle e projeção em relação ao futuro.

Castel ainda se refere à constituição da “cultura do aleatório” que diz respeito a uma instalação na precariedade, onde a incerteza do trabalho predomina em meio à alternância de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, de trabalho informal, que impõem aos trabalhadores o sentimento de insegurização, descoletivização e individualização, sendo que as pessoas que se encontram nessa situação são com frequência jovens, cada vez mais independentemente do nível social.

Na perspectiva da interconexão entre a mundialização e a violência, cabe ressaltar o processo de fragmentação cultural que as sociedades experimentam. O estabelecimento de uma cultura cosmopolita, que provoca uma homogeneização cultural internacional. Ao tratar das consequências trágicas que as novas tendências culturais provocam nas famílias e em suas organizações vicinais, a antropóloga Alba Zaluar (1994) em “Condomínio do Diabo” esclarece que não se trata de defender a manutenção da tradição cultural, entendida por ela como resultado de um artificialismo produzido para fins políticos, mas de valorizar os laços sociais, as redes de solidariedade tão importantes para a criação da cultura e para a conquista de uma autonomia moral e crítica e que se encontram em processo de esfacelamento. É dessa forma que a religiosidade deixa de ser um elemento convergente, reposto por um ecumenismo às avessas que rechaça a diversidade e que o jovem se isola em torno de um estilo próprio e individualizante fomentado por uma ampla e agilíssima indústria cultural.

Quanto ao nível de análise da violência proposto por Wieviorka, o dos Estados, a reflexão caminha no sentido do esvaziamento da noção clássica de Estado-nação que reivindica para si o monopólio da violência física legítima e o “primado absoluto da identidade cultural das pessoas reunidas no seio da comunidade circunscrita num território delimitado. Sob a condução do globalismo, os Estados nacionais são instados a promoverem internamente uma ampla reforma redutora de suas atribuições, no interior de uma campanha desqualificatória ideológica mundial, que identifica na atuação agigantada do Estado social, especialmente aqueles vinculados às experiências do Welfare State, as raízes da crise capitalista iniciada nos anos 1970, com o declínio do crescimento econômico. As novas exigências propugnadas pelas elites político-econômicas e seus intelectuais orgânicos ressuscitadores do liberalismo compreendem a desregulamentação, a privatização, a abertura dos mercados e a inserção nos mercados mundiais, dentro de um equilíbrio natural provido pela justa “mão invisível” do mercado. Ora, a nova configuração do capitalismo mundial não corresponde a outra senão ao binômio capitalismo central/capitalismo periférico e a globalização termina por implicar na obrigatória submissão dos Estados-satélite aos centros decisórios, induzidos aqueles a adotarem políticas em conformidade com o capitalismo global, representado pelas grandes corporações transnacionais e organismos multilaterais, nominalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O enfraquecimento da aptidão do Estado em controlar a economia debilita-o no exercício de outras atribuições que lhe eram até então intrínsecas, como o exercício legítimo da violência. Nesse contexto a privatização do uso da força, legal e ilegal, é favorecida. No caso brasileiro, em que se evidencia uma especial debilidade da capacidade das instituições e do Estado em ordenarem a vida social, a experiência da violência se generalizou de forma ainda mais ampla.

Destituído de soberania e autonomia, o Estado é necessariamente levado a divorciar-se da sociedade civil, que, por sua vez, perde a capacidade de reação e de interferência na gestão das políticas governamentais na medida em que suas instâncias representativas – partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais –

passam a ter uma inconsistente interlocução com o governo. No caso brasileiro o esvaziamento do projeto nacional e a referida separação Estado e sociedade leva, ainda, à diminuição do historicamente escasso compromisso dos governos e das elites dominantes com a sociedade nacional, configurada em um espaço de negócios, interesses, operações, transações. Daí o predomínio das formas autoritárias de poder, mais ou menos congênicas e intermitentes, endêmicas e recorrentes, com as quais se alimentam as mais diversas formas de violência.

Já o terceiro nível analítico da violência abordado por Wieviorka que se referem às novas relações de sociabilidade presentes na contemporaneidade, onde se destaca a presença do individualismo, na perspectiva de um quarto nível de análise, imprimindo significado especial na produção da violência moderna.

Usando o mesmo raciocínio, a psicanalista Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado (2004) diz em "O Mosaico da Violência. A Perversão na Vida Cotidiana" que a violência estaria arraigada em nossa formação social e colocada como um paradigma na estruturação de nossa sociedade, haja vista as relações de poder que se firmaram através da submissão das camadas desprivilegiadas, por meio da brutalidade instalada desde sempre. Assinala, ainda, que os crimes de corrupção por parte de autoridades legitimadas pelo voto do próprio povo são expressões disfarçadas do desprezo dirigido à população. Considera que a pior dessas facetas é a absurda desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira desde a colonização.

As desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. Marcada pelo autoritarismo do regime colonial escravista, os traços dessa origem repercutem na submissão do espaço público pelo espaço privado, na irrealização da cidadania e no irreconhecimento do outro como sujeito de direitos.

Igualmente pertinente é a peculiar reflexão do psicanalista Jurandir Freire Costa (2000) que, na elaboração do texto "*A ética democrática e seus Inimigos*", busca abordar a violência a partir da visão que as elites brasileiras têm de suas próprias subjetividades e de seus ideais ao nível do imaginário. Ressalta a importância dessa ênfase em face do poder das elites de formar mentalidades e consagrar normas e valores como socialmente desejáveis e recomendáveis. Assim, parte da consideração dos comportamentos privados para apreender o sentido dos fenômenos públicos trabalhando, para isso, com a idéia de alheamento em relação ao outro. O alheamento que consiste em desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas ou como um parceiro na obediência das leis partilhadas e consentidas ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral. No estado de alheamento o objeto da violência não conta como pessoa humana e pouco importa o que venha a sofrer, a anulação do outro corresponde à própria indiferença e ao mesmo tempo à banalização do mal. A forma de vida das elites do Brasil vem progressivamente apoiando-se nesse modelo de subjetivação ou individualização.

Individualismo este que Castel analisa como força crescente no mundo contemporâneo que se torna crucial para a análise e compreensão da violência, não enquanto relação imediata, mas pelas mediações daí decorrentes. É desta forma ao tratar das profundas transformações no mundo do trabalho, geradoras da insegurização, descoletivização e desfiliação, ressalta o efeito político dessa angústia de viver desmunido, sem possibilidade de controlar o futuro, cuja marca maior é o ressentimento.

Assim, o individualismo moderno não corresponde à idéia de busca de existência como sujeito que requer, na contrapartida, a existência de uma solidariedade coletiva, de vontade de todos compartilharem uma existência comum, o que tem sido uma incapacidade crescentemente manifesta pela sociedade. O individualismo moderno é, pois, um individualismo negativo, redimensionador da violência contemporânea que expressa a defasagem ou o fosso entre as demandas subjetivas de pessoas ou grupos, e a oferta política, econômica, institucional ou simbólica. Ela traz então a marca de uma subjetividade negada, arrebatada, esmagada, infeliz, frustrada, o que é expresso pelo ator que não pode existir enquanto tal em lugar de expressar em vão aquilo que a pessoa ou o grupo aspiram afirmar, torna-se pura e simples negação da alteridade, ao mesmo tempo que da subjetividade daquele que a exerce, finaliza Wievioka.

CONCLUSÃO

Entender quando e como em nossa história se constituiu uma classe de idade adolescente e refletir sobre a direção que a juventude brasileira está tomando neste século XXI constituiu um esforço analítico que espero ter acercado os leitores através dos resultados interpretativos da pesquisa apresentada com base nas percepções de sociólogos, cientistas sociais, antropólogos, filósofos, historiadores, psicólogos, psiquiatras, professores, mestres.

Ariés identifica os sinais da emergência do sentimento de infância e a sua premissa básica de não existir a definição de infância durante o Antigo Regime na Idade Média. Ele nos desvenda o processo de construção desse sentimento de infância e a própria concepção de família a partir de análises de elementos iconográficos.

Enquanto Hobsbawm e Morin destacam a desintegração de velhos padrões de relacionamentos sociais e humanos, e com ele, a quebra de elos entre gerações. A experiência dos velhos se torna desusada, anacrônica. A desvalorização da experiência passada está ligada à desintegração das civilizações tradicionais. Rupturas e perturbações atingem seu máximo de intensidade com a idade da passagem da infância à idade adulta: a adolescência, que não sabe mais – não quer mais – integrar-se na ordem antiga, traz consigo valores novos (aliás, conflitantes) e uma vontade de autonomia e respeito tanto da infância quanto do mundo adulto.

Em consequência, as famílias sofrem profundas transformações em suas relações. As crianças da nova idade, mimadas por seus pais como nunca foram não encontram, no entanto, a imagem da Mãe autoridade envolvente e a do Pai autoridade ordenadora. Essas grandes imagens, que reinaram nas religiões e nos mitos, se dissipam no imaginário moderno.

Com o impulso da cultura de massa, a figura do pai e da mãe vai se apagando até desaparecer por completo de nossas mentes. Da tragédia antiga ao romance popular, a família é o lugar dos dilaceramentos existenciais. Giddens questiona a crise da família que estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. No relacionamento entre homens e mulheres, o importante é o compromisso. Para criar um compromisso e desenvolver uma história compartilhada, uma pessoa deve se entregar à outra. Ou seja, deve proporcionar, por palavras e atos, algum tipo de garantia à outra de que o relacionamento pode ser mantido por um período indefinido. Mas um relacionamento nos dias de hoje não é, como foi um dia o casamento, uma “condição natural” cuja durabilidade pode ser assumida como certa, exceto em algumas circunstâncias extremas. Para que um relacionamento puro tenha a probabilidade de durar, é necessário o compromisso.

Diante da nova formação da família contemporânea, marcada pela instabilidade do casamento, as crianças não vivem mais necessariamente com seus pais biológicos, e ainda passam por uma adolescência prolongada e sem autonomia, já que os jovens, particularmente os de classe média, mantêm-se durante mais tempo apenas dedicados aos estudos, antes de entrar para o mercado de trabalho. Sem o reconhecimento simbólico de seu lugar na sociedade, numa infantilização que se estende por anos, eles passam a cultivar uma cultura corporal, explorando não só a estética, como também a cultura da força e as várias formas de violência, buscando distinguir-se entre seus pares.

É neste momento que recaem sobre a família as expectativas dos jovens de apoio para a realização de todos os seus projetos, desejos e a defesa incondicional por seus atos ilícitos. Logicamente que não estamos condenando a família pela

proteção e segurança que ofertam aos seus filhos. Ao contrário, queremos ressaltar que a garantia desse suporte é tão importante que a sua ausência no âmbito familiar repercute tragicamente nas trajetórias desses jovens. Porém, devemos refletir sobre a responsabilidade dos pais que em muitos casos são permissivos, ausentes ou até autoritários em demasia. E questionar porque, como mostra a pesquisa por meio de matérias jornalísticas, o consumo de drogas, as brigas, os acidentes automobilísticos e mesmo as violências mais graves costumam ser tratados como eventos episódicos e passageiros se cometidos por jovens de classes privilegiadas.

Parafraseando Zygmunt Bauman (2001) em "Modernidade Líquida", em tempos de época frenética, o mundo como somos induzidos a acreditar, tornou-se um contêiner sem fundo de coisas a serem consumidas e aproveitadas. A arte de viver consiste em esticar o tempo além do limite para encaixar a maior quantidade possível de sensações excitantes no nosso dia-a-dia. Tornamo-nos dependentes dos estímulos externos: as mensagens que chegam ao celular, o iPod, as conversas pela internet. Perdemos a capacidade de nos auto-estimular. Estar sozinho – a liberdade de gastar tempo com nossos próprios pensamentos, tão perseguida e sonhada por nossos ancestrais – é identificado hoje com solidão, abandono, com a sensação de não pertencer a ninguém. A solução está no MySpace, no Facebook ou no Twitter.

Não importa o quanto tentamos, nunca estaremos em dia com o que aparentemente nos é oferecido. A sensação é de ter perdido algo. Vivemos um tempo em que estamos constantemente correndo atrás. O que ninguém sabe é correndo atrás de quê, diz-nos Bauman.

Assim sendo, é de se compreender que os jovens, pessoas tão vulneráveis, possam estar com profundas dificuldades de compreender o seu real papel em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel e Pedro Paulo Martoni Branco. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes e Fernanda Eugenio. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CASTEL, Robert. *A insegurança social. O que é ser protegido?* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *A ética democrática e seus inimigos. O lado privado da violência pública*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

FIGUEIRA, Mara. *Mal-Estar Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Revista Sociologia Ciência & Vida, 2009, p.38-43

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. 2ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*, vol.1. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*, vol.2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

NOVAES, Regina. *O jovem só quer consumir*, nº 352. Rio Grande do Sul: Revista Mundo Jovem, 2004, p.2

PRADO, Maria do Carmo Cintra de Almeida. *O mosaico da violência. A perversão na vida cotidiana*. São Paulo: Vetor Editora, 2004.

VANNUCHI, Paulo e Regina Novaes (orgs.). *Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, Hermano. *Galeras cariocas – territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência IV. Os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco, 2004.

WIEVIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. São Paulo: Revista de Sociologia da USP, 1997, p.05-41.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora Revan e UFRJ, 1994.